



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS:  
CONTEXTOS LUSÓFONOS BRASIL-ÁFRICA**

**JANDSON DOS SANTOS DA SILVA**

**QUESTÕES SOCIAIS: A EFETIVIDADE INTERACIONAL  
DO AGIR LINGUAGEIRO DOS AGENTES DE TRÂNSITO  
ENQUANTO EDUCADORES SOCIAIS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2026**

**JANDSON DOS SANTOS DA SILVA**

**QUESTÕES SOCIAIS: A EFETIVIDADE INTERACIONAL  
DO AGIR LINGUAGEIRO DOS AGENTES DE TRÂNSITO  
ENQUANTO EDUCADORES SOCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Héric Silva Oliveira.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2026**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

S58q

Silva, Jandson dos Santos da.

Questões sociais : a efetividade interacional do agir linguageiro dos agentes de trânsito enquanto educadores sociais / Jandson dos Santos da Silva. - 2026.

102 f. : il., mapas, color.

Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Héric Silva Oliveira.

1. Interacionismo sociodiscursivo. 2. Educação para a segurança no trânsito.  
I. Sergipe. Polícia Militar. Batalhão de Policiamento de Trânsito - Estudo de casos.  
II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 401.41

**JANDSON DOS SANTOS DA SILVA**

**QUESTÕES SOCIAIS: A EFETIVIDADE INTERACIONAL  
DO AGIR LINGUAGEIRO DOS AGENTES DE TRÂNSITO  
ENQUANTO EDUCADORES SOCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Aprovado em: 27/01/2026.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Carlos Héric Silva Oliveira (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Examinadora interna)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gláucia V. Silva (Examinadora externa)**

University of Massachusetts - Dartmouth - USA

**Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro dos Santos (Examinador externo)**

Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio incondicional em cada etapa da minha jornada, e à minha esposa, cuja paciência, amor e incentivo foram fundamentais para esta conquista.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo desta jornada desafiadora, tive o privilégio de contar com o apoio, a paciência e o incentivo de pessoas especiais, que fizeram toda a diferença na construção deste trabalho e na minha trajetória acadêmica.

Antes de tudo, agradeço a Deus, por me dar forças nos momentos de dificuldade, iluminar meu caminho e me permitir chegar até aqui. Sem Sua graça e direção, nada disso seria possível.

À minha família, que sempre acreditou em mim, me deu forças nos momentos difíceis e celebrou comigo cada pequena vitória. Seu amor e suporte inabaláveis foram o alicerce sobre o qual construí este sonho.

À minha esposa, minha companheira de todas as horas, pelo carinho, compreensão e por estar ao meu lado nos momentos de cansaço e incerteza. Seu apoio foi essencial para que eu fosse firme até o fim.

Ao meu orientador, Carlos Héric, pela paciência, dedicação e orientação precisa, que foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Seu conhecimento e incentivo foram inspiradores e fizeram toda a diferença.

À coordenadora do mestrado, Manuele Bandeira, pelo comprometimento e apoio ao longo da jornada, sempre disposta a orientar e facilitar o caminho para que pudéssemos seguir adiante.

Aos professores do programa, que compartilharam seu conhecimento com generosidade e contribuíram significativamente para minha formação. Cada aula, cada conversa e cada conselho deixaram marcas profundas no meu aprendizado.

Às componentes da banca de Qualificação, professora Dr.<sup>a</sup> Sabrina Balsalobre e professora Dr.<sup>a</sup> Meire Celedônio, por todo o carinho e contribuições ao meu trabalho.

Aos membros da banca de defesa, professora Dr.<sup>a</sup> Sabrina Balsalobre, professora Dr.<sup>a</sup> Gláucia Silva e o professor Dr. Jocenilson Ribeiro, por todo o carinho e contribuições ao meu trabalho.

E, por fim, aos meus colegas de mestrado, pela troca de experiências, pelas discussões enriquecedoras e pelo companheirismo. A caminhada se tornou mais leve graças a vocês, que estiveram ao meu lado nos desafios e nas conquistas.

A todos, meu mais sincero agradecimento. Este trabalho também é de vocês.

*A língua tem o poder de vida e morte; quem a ama comerá do seu fruto.*

Provérbios 18:21 NVI

## RESUMO

Esta pesquisa, inserida no campo da Linguística Aplicada, surge de uma inquietação pessoal do pesquisador sobre a negligência na Educação para o Trânsito no âmbito social e nos espaços escolares. Nesse sentido, propomos como objetivo geral desta pesquisa: Desenvolver um estudo crítico-reflexivo sobre os aspectos que envolvem as atividades sociais de linguagem na abordagem educativa dos agentes de trânsito (policiais militares) do Estado de Sergipe do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), enquanto educadores sociais em formação, a fim de observar os agires humanos à luz do Interacionismo Sociodiscursivo associado à Linguística Aplicada, concomitantemente ao objetivo geral, os específicos são: “Identificar o policial militar na sua atuação enquanto agente de trânsito; e refletir sobre a ação formadora dos policiais militares do Estado de Sergipe, percebendo a influência institucional na prática interacional em sua prática profissional na sociedade.” Para alcançar os objetivos pretendidos, a pergunta norteadora consiste em entender se o agir humano dos policiais (educadores sociais em formação) é adequado para que a população seja efetivamente educada para um trânsito melhor. Desta feita, será possível modalizar as razões pelas quais a Educação para o Trânsito não está presente nos espaços formativos e nas práticas sociais. Diante disso, a formação cidadã envolve diversos saberes adquiridos ao longo da vida, mas a conscientização sobre boas práticas no trânsito é frequentemente deixada de lado. O Estado assume a responsabilidade por essa educação por meio de agentes estaduais de trânsito, como exemplo os policiais militares. No entanto, muitas vezes, esses profissionais não exercem essa função de maneira eficaz, recorrendo a abordagens coercitivas ou negligentes. A motivação da pesquisa surge da ideia de analisar as falhas implícitas na Educação para o Trânsito, com foco nas atividades interacionais de linguagem desses agentes. Busca-se compreender como a interação linguística desses profissionais influencia a formação do cidadão e quais desafios existem nesse processo. Para contemplar os estudos do ponto de vista o agir languageiro nas práticas sociais formativas, a pesquisa se fundamenta nas contribuições teóricas do Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD), a partir de Bronckart (2006; 2007; 2008; 2012) e de Petrus (1997), com sua abordagem crítica sobre Educação Social. A estrutura da pesquisa está dividida em quatro seções: aspectos metodológicos, a perspectiva do educador social à luz do ISD, a teoria da Educação Social e, por fim, uma análise contextualizada dos dados textuais fornecidos pelos agentes de trânsito envolvidos, por meio de um questionário, em que, nesta análise, poderemos contemplar duas categorias do ISD: contextos de produção e as vozes. Como resultado da pesquisa, buscaremos apresentar análises a partir da produção de dados realizada

através de formulários eletrônicos respondidos por policiais militares inseridos na polícia a partir do certame do edital disponibilizado no ano de 2018 no Estado de Sergipe. Os policiais foram participantes voluntários que aceitaram os termos de consentimento livre e esclarecido, são membros efetivos do Batalhão de Policiamento de Trânsito do Estado de Sergipe, bem como tiveram ciência do registro da pesquisa no comitê de ética da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), registrado sob o número 7.231.381.

**Palavras-chave:** interacionismo sociodiscursivo; educação para a segurança no trânsito; Sergipe. Polícia Militar. Batalhão de Policiamento de Trânsito - estudo de casos.

## RESUMEN

Esta investigación, en el campo de la Lingüística Aplicada, surge de la preocupación personal del investigador respecto al descuido de la educación vial en el ámbito social y escolar. Por lo tanto, proponemos como objetivo general de esta investigación: “Desarrollar un estudio crítico-reflexivo de todos los aspectos que involucran técnicas interaccionales en el enfoque educativo de los agentes de tránsito (policías militares) del Batallón de Tránsito del Estado de Sergipe (BPTran), como educadores sociales en formación, con el fin de observar las acciones humanas a la luz del interaccionismo sociodiscursivo asociado a la Lingüística Aplicada”. Concomitante con el objetivo general, los objetivos específicos son: “identificar al agente de policía militar en su rol como agente de tránsito; y reflexionar sobre la labor educativa de los agentes de policía militar del Estado de Sergipe, percibiendo la influencia institucional en las prácticas interaccionales en su práctica profesional en la sociedad”. Para alcanzar los objetivos deseados, la pregunta clave es comprender si las acciones humanas de los agentes de policía (educadores sociales en formación) son adecuadas para educar eficazmente a la población sobre mejores prácticas viales. Esto ayudará a comprender las razones por las que la educación vial no está presente en los entornos educativos y las prácticas sociales. Por lo tanto, el desarrollo de la ciudadanía implica diversos conocimientos adquiridos a lo largo de la vida, pero a menudo se pasa por alto la conciencia de las buenas prácticas viales. El Estado asume la responsabilidad de esta educación a través de agentes estatales de tránsito, como los policías militares. Sin embargo, estos profesionales a menudo no desempeñan esta función de manera efectiva, recurriendo a enfoques coercitivos o negligentes. El objetivo principal de esta investigación es analizar las fallas implícitas en la educación vial, centrándose en las actividades interaccionales de estos agentes. El objetivo es comprender cómo la comunicación de estos profesionales influye en el desarrollo ciudadano y qué desafíos existen en este proceso. Para abordar el análisis de la acción lingüística en las prácticas sociales formativas, esta investigación se fundamenta en las contribuciones teóricas del Interaccionismo Sociodiscursivo (en adelante, ISD), con base en Bronckart (2006; 2007; 2008; 2012) y Petrus (1997), con su enfoque crítico de la Educación Social. La estructura de la investigación se divide en cuatro secciones: aspectos metodológicos, la perspectiva del educador social a la luz de la ISD, la teoría de la Educación Social y, finalmente, un análisis contextualizado de los agentes involucrados y los resultados obtenidos. Como resultado de esta investigación, se presentarán análisis basados en datos generados mediante formularios electrónicos completados por policías militares que se incorporaron a la fuerza policial mediante la convocatoria pública de 2018 emitida en el estado

de Sergipe. Los policías participaron voluntariamente y aceptaron los términos del consentimiento libre e informado. Son miembros activos del Batallón de Tráfico del Estado de Sergipe. También conocían el registro de la investigación ante el comité de ética de la Universidad de Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña (UNILAB), con el número 7.231.381.

**Palabras clave:** interaccionismo sociodiscursivo; educación para la seguridad vial; Sergipe. Policía Militar. Batallón de Patrulla de Tráfico - estudios de caso.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Esquema que delimita o problema	21
<b>Figura 2</b>	Visão aérea da localização do BPTran	34
<b>Figura 3</b>	Esquema síntese dos fundamentos do ISD	49
<b>Figura 4</b>	Distribuição de participantes por sexo	74
<b>Figura 5</b>	Nível educacional dos participantes.	74
<b>Figura 6</b>	Tempo de experiência profissional	75
<b>Figura 7</b>	Aptidão para a Educação para o Trânsito.	76
<b>Figura 8</b>	A instrução institucional para educar pessoas no trânsito	77
<b>Figura 9</b>	Nível de empenho na prática educativa	78
<b>Figura 10</b>	Dificuldades para uma educação de trânsito efetiva	81
<b>Figura 11</b>	Escolha da função	85
<b>Figura 12</b>	Tempo para ensino	86
<b>Figura 13</b>	Lugar da prática educativa	87
<b>Figura 14</b>	A forma de falar	88

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Metodologia da Pesquisa	25
<b>Quadro 2</b>	Hipóteses causais	25
<b>Quadro 3</b>	Esquema de desenvolvimento ISD	48
<b>Quadro 4</b>	Orientaciones paradigmáticas en pedagogía social	64
<b>Quadro 5</b>	Esquema de contraste entre paradigmas	64
<b>Quadro 6</b>	Quadro de respostas à pergunta 6	80
<b>Quadro 7</b>	Respostas a pergunta 14	89

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Fases da pesquisa	27
<b>Tabela 2</b>	Fases da produção de dados	42
<b>Tabela 3</b>	Parâmetros dos contextos de produção materializados na pesquisa	54
<b>Tabela 4</b>	Parâmetros dos contextos de produção materializados em situação empírica	55
<b>Tabela 5</b>	Parâmetros dos contextos de produção materializados: o plano da interação comunicativa	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BPTRAN** - Batalhão de Policiamento de Trânsito

**CAAE** - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

**CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa

**DETRAN** - Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Sergipe

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**ISD** - Interacionismo Sociodiscursivo

**LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**PM/SE** - Polícia Militar do Estado de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	18
<b>2</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	24
2.1	O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	26
<b>2.1.1</b>	<b>Procedimentos de análise da pesquisa</b>	29
<b>2.1.2</b>	<b>Forma de abordagem: da análise quali-quantitativa</b>	31
2.2	<i>CORPUS</i> E RECORTE DA PESQUISA: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE MATERIALIZADAS NA PESQUISA	32
<b>2.2.1</b>	<b>Local e os participantes da pesquisa</b>	33
2.2.1.1	<i>O Contexto de Produção: o lugar social da pesquisa</i>	33
2.2.1.2	<i>Os participantes da pesquisa: as Vozes</i>	35
2.2.1.3	<i>O pesquisador</i>	35
2.2.1.4	<i>O policial militar</i>	36
2.2.1.5	<i>O cidadão transeunte</i>	38
2.3	INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS	39
<b>2.3.1</b>	<b>O instrumento de produção da pesquisa: o papel do questionário</b>	42
<b>2.3.2</b>	<b>Produção de dados: tempo e relevância na pesquisa</b>	43
<b>2.3.3</b>	<b>A validação da pesquisa no Comitê de Ética</b>	44
<b>3</b>	<b>PERSPECTIVA DO EDUCADOR SOCIAL NA FORMAÇÃO PARA O TRÂNSITO À LUZ DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO - ISD</b>	46
3.1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ISD	46
3.2	O AGIR LINGUAGEIRO NO ISD	50
3.3	A ATIVIDADE DA LINGUAGEM: SOBRE A VERBALIZAÇÃO	52
3.4	CATEGORIAS DE ANÁLISE NO ISD	53
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO SOCIAL: UMA PRÁTICA DE ENSINO NÃO TÃO PRESENTE NAS ESCOLAS</b>	58
4.1	PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO DA SALA DE AULA	58
4.2	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL: BASES E CONCEPÇÕES	60
4.3	REPRESENTAÇÃO E PRÁTICAS DO AGIR LINGUAGEIRO DO EDUCADOR SOCIAL	65
<b>4.3.1</b>	<b>Aspectos importantes sobre o recorte: o policial militar enquanto educador social</b>	66
<b>4.3.2</b>	<b><i>Práxis</i> social do ensinar</b>	67
<b>4.3.3</b>	<b>A Polícia Militar: para além de uma iniciativa do Estado</b>	69
<b>4.3.4</b>	<b>A Polícia Militar sergipana: aspectos formativos</b>	70

<b>4.3.5</b>	<b>O papel social na observância das leis de trânsito</b>	<b>71</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE CONTEXTUALIZADA: AS COMPROVAÇÕES E OS CONTRAPONTO</b>	<b>73</b>
<b>5.1</b>	<b>SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA</b>	<b>73</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSITURAS EM LINGUAGEM REFERÊNCIAS</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da educação para além da sala de aula mostra a preocupação geral de todos os envolvidos no contexto. Em resumo, a educação curricular/formal consiste em “formar o cidadão para a sociedade”, todavia algumas questões e assuntos pertinentes ao âmbito social não podem ser agregados aos conteúdos curriculares obrigatórios das redes de ensino. São questões que fogem da alçada educacional e atingem o contexto ético-moral do ser humano, mesmo em se tratando de temas que podem estar implícitos nos conteúdos formais, mas que, às vezes, não têm a devida atenção do professor ou do alunado quando se produz o conhecimento.

Nesta perspectiva, essas temáticas que não conseguem ser abrangidas pela escola são abordadas pelo próprio Estado. Geralmente tais debates não enfatizam os erros de percurso na condução de uma aprendizagem cidadã, pois, considerando que o tema Educação para o Trânsito exista no currículo escolar, e se um cidadão não aprende que precisa respeitar as orientações para um trânsito melhor, este está sujeito às penalidades infracionais previstas na Legislação.

Sendo assim, estes tópicos que fogem à realidade da Educação Escolar e são agregados à Educação Social são geralmente “ensinados” pelo Estado a partir de agentes que, em grande parte, não são capacitados para exercer o que a sociopedagogia estabelece. Temas que deveriam ser tratados na escola são negligenciados pelo próprio sistema e, conseqüentemente, são mal repassados em situação posterior por profissionais que não conseguem exercer o verdadeiro papel de um educador social.

Partindo desta prerrogativa, o trabalho em questão surge de uma análise *in loco* da *praxe* do trabalho, da atividade de linguagem a partir do agir humano<sup>1</sup> de policiais militares de Sergipe, que cooperam para a educação no trânsito. Outrossim, o que percebemos é que, em geral, para além de todas as atribuições, grande parte dos policiais funciona como educadores sociais, tendo como público-alvo a população.

É importante ressaltar que já existem algumas pesquisas que versam sobre este mesmo tema ou se alinham à perspectiva de estudo aqui representada, a exemplo do artigo publicado por Jefferson Rodrigues, na revista Mais Educação do Centro Educacional Sem Fronteiras, da cidade de São Caetano do Sul/SP e que tem por título: “A importância do uso correto e domínio

---

<sup>1</sup> Tomaremos como aporte teórico a concepção do Interacionismo Sociodiscursivo, especificamente Bronckart (2006), para referendar as atividades de linguagem, de discursos e do desenvolvimento humano do sujeito que desenvolve seu papel social como formador de cidadãos.

da língua portuguesa e da tecnologia na atividade policial militar”. Ainda, a professora Roselaine das Chagas escreveu o artigo de título “Gêneros de texto produzidos pela comunidade discursiva militar”. O escritor Hélio Hiroshi Hamada também escreveu um artigo que tem por título “Os significados e funcionalidades da comunicação por gestos no exercício da atividade policial militar”. Um artigo intitulado “Os processos comunicativos da Polícia Militar”, escrito pelo oficial da Polícia Militar da Bahia Demétrio Cardoso da Silva também foi escrito no ano de 2009. Desta forma, percebemos a grande relevância de estudar e refletir sobre os aspectos que envolvem a ação de linguagem na instituição Polícia Militar.

Para além da sala de aula, esta pesquisa busca identificar a efetividade na interação linguística da instrução educacional executada pelos que compõem o Batalhão Policiamento de Trânsito de Sergipe (BPTran). Nesse enfoque, é possível entender como as técnicas de ensino podem agregar valor à Educação Social e ao comportamento humano dos indivíduos no coletivo social, corroborando nossa crítica ao processo de ensino baseado na imposição e autoritarismo no que tange aos agires linguageiros dos agentes de trânsito (policiais militares).

Nesse cenário, poderemos contar com um coletivo de policiais que se dispuseram a participar do estudo e que ocuparam seus cargos como soldados que ingressaram na Polícia Militar de Sergipe no último certame de concurso público realizado no ano de 2018. Todavia, como se trata de um estudo sobre Educação para o Trânsito, nosso recorte será formado por policiais nomeados e lotados no BPTran entre 2019 e 2022. Este recorte tem sua relevância considerando que os policiais estão em processo de formação enquanto agentes de trânsito, por constituírem um quadro de recrutas.

A realização desta pesquisa será pautada a partir da seguinte pergunta: *O agir humano dos policiais (educadores sociais em formação) é adequado para que a população seja efetivamente educada para um trânsito melhor?* Para responder esta pergunta nos debruçaremos sobre os aportes teóricos de Bronckart (2006; 2007; 2008; 2012), sobre Interacionismo Sociodiscursivo, bem como de Petrus (1997), que trata, especificamente no primeiro, a respeito da mobilização linguageira e das práticas sociais e no segundo, sobre Educação Social.

Nesta perspectiva, o trabalho em questão tem sua relevância por seu caráter social e por contribuir para a reflexão sobre as falhas implícitas no processo educativo promovido pelo Estado, especialmente no que diz respeito à formação dos profissionais encarregados de ensinar a população por meio de suas ações cotidianas. Ao investigar essas falhas e propor uma análise crítica sobre a interação e sobre o agir de linguagem desses policiais, esta pesquisa pretende oferecer subsídios teóricos e práticos que possam auxiliar na melhoria das políticas de

capacitação e formação dos agentes de trânsito, fortalecendo o papel da Educação Social como instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais consciente, responsável e segura no trânsito.

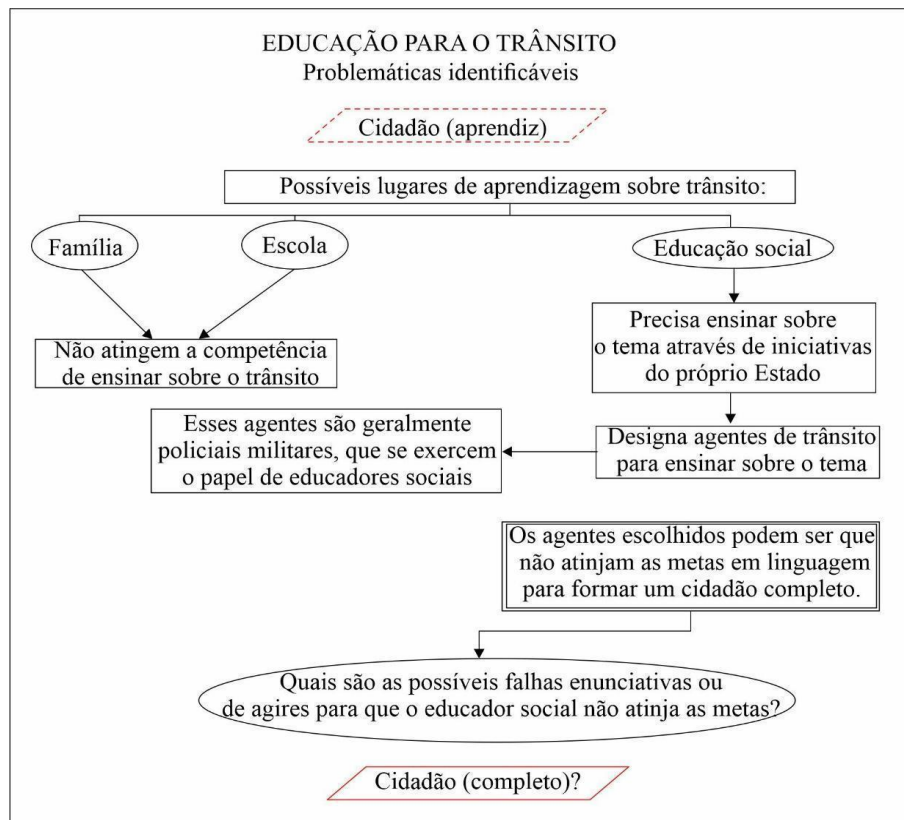
O objetivo geral desta pesquisa consiste em: *Desenvolver um estudo crítico-reflexivo sobre os aspectos que envolvem as atividades sociais de linguagem na abordagem educativa dos agentes de trânsito (policiais militares) do Estado de Sergipe do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), enquanto educadores sociais em formação, a fim de observar os agires humanos à luz do Interacionismo Sociodiscursivo associado à Linguística Aplicada.*

A fim de contemplar a proposta de pesquisa através do objetivo geral, consideramos os seguintes objetivos específicos:

- *Identificar o policial militar na sua atuação enquanto agente de trânsito, entendendo assim a importância da efetiva compreensão interacional para o fim da Educação Social;*
- *Refletir sobre a ação formadora dos policiais militares do Estado de Sergipe, a fim de perceber a influência institucional de seu agir linguageiro em sua atuação profissional na sociedade.*

Ademais, este trabalho se concentra em uma análise de uma prática social, em que policiais militares, investidos na função de agentes de trânsito, podem ser considerados Educadores Sociais, quando ensinam sobre boas práticas no trânsito para a população, entretanto se a intervenção do agente sobre a vida das pessoas é apenas coercitiva ou punitiva, sabe-se que esta prática não é considerada educativa. Em linhas gerais, este trabalho poderia tomar rumos para os estudos da Análise do Discurso, entretanto não é o objeto da pesquisa.

Nesse caminho, para fins didáticos descreveremos quais são as implicações que motivaram esta pesquisa, em uma visão macro e exemplificativa, exibindo o quadro/esquema abaixo, para explicar o problema da pesquisa, bem como sua relevância social. Ele discute o percurso para que o cidadão adquira saberes essenciais para viver em sociedade, destacando a importância das boas práticas no trânsito, que é um conhecimento muitas vezes negligenciado. O quadro mostra principalmente que a pesquisa está focada em analisar as falhas interacionais de linguagem implícitas dos agentes de trânsito, especialmente em suas interações verbais, buscando analisá-las à luz de teorias sobre o agir linguageiro, o trabalho humano e a Educação Social, sabendo que a linguagem permite todas estas análises.

**Figura 1** - Esquema que delimita o problema

Fonte: elaborada pelo autor.

Com base na figura acima, entendemos que o ser humano para se tornar um cidadão e viver em comunidade, necessita adquirir algumas competências e estas estão aliadas a diversos saberes que são aprendidos no decorrer da vida em diversos âmbitos, por exemplo no âmbito escolar, familiar, nos relacionamentos etc. Para entender melhor a situação, Tardif (2002, p. 34) afirma que “os saberes são, de um certo modo, comparáveis a ‘estoques’ de informações tecnicamente disponíveis, renovados e produzidos pela comunidade científica em exercício e passíveis de serem mobilizados nas diferentes práticas sociais, econômicas, técnicas, culturais, etc.”.

Deste modo, o autor destaca 4 categorias de saberes: os saberes da formação profissional; os saberes disciplinares; os saberes curriculares; os saberes experienciais. O autor salienta que esses são saberes docentes e nós entendemos que estes, em parte, podem ser correlacionados às vivências dos cidadãos, como é o caso dos saberes disciplinares, mais especificamente na prática atitudinal de boas práticas no trânsito de veículos.

Entendemos que o saber disciplinar “boas práticas” é negligenciado no âmbito social, pois na dimensão do senso comum, há poucas ações populares ou políticas públicas, quando em comparação com outros temas, como exemplo a educação religiosa etc. Além disso, este

saber, de acordo com o esquema acima, tem lugares de aprendizagem, que são geralmente: no ambiente familiar (que aparece em primeiro lugar, por compor uma estrutura de aprendizagem caracterizada pela formação de caráter humano); na escola (em segundo lugar por ser responsável em formar o cidadão para o mundo); e no eixo da Educação Social<sup>2</sup> (este que está por último por estabelecer uma relação extra escolar, de forma a ensinar ao cidadão assuntos que são pouco abordados pela família e pela escola).

Sobre esta última, a Educação Social, entendemos que ela tem o objetivo de facilitar a vida do cidadão<sup>3</sup>, de modo a esclarecer temas transversais, como por exemplo: ensinar ao cidadão, que mesmo a escola e a família não versando sobre ele, precisa entender que dirigir sem cinto de segurança, além de ser imprudência é, também, negligência. E esta função de exercer o papel da Educação Social, para os casos de trânsito, especificamente, geralmente fica a cargo do Estado<sup>4</sup>.

De modo prático, o Estado elenca, seleciona e capacita seus profissionais para exercer o poder de polícia, poder esse que busca fazer com que os cidadãos obedeçam às regras pré-estabelecidas para que o bem comum seja privilegiado, é que se define a importância da Educação Social no âmbito da Educação para o Trânsito. Desta forma, estes profissionais escolhidos pelo Estado, no caso da Educação para o Trânsito, são justamente agentes municipais de trânsito, policiais militares e policiais rodoviários federais.

Apesar de o Estado assumir a responsabilidade de educar o cidadão para viver em sociedade elencando os agentes acima, muitas vezes, assim entendemos que estes agentes não estão aptos a exercer tal função e só a exercem de forma negligente ou coercitiva, a exemplo de práticas como abordagens fiscalizatórias no trânsito. Então, pode ser que o cidadão não esteja efetivamente completo, pois algumas falhas existiram no percurso da Educação Social do Estado.

Deste modo, as falhas no percurso educacional dos cidadãos podem estar de forma explícita, como é o caso do agente/educador social que pode até contribuir para que o cidadão sofra um acidente/sinistro de trânsito quando negligencia o ato de intervir de modo efetivo,

---

<sup>2</sup> De acordo com a Enciclopédia de Pedagogia Universitária/glossário volume 2 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2006, p. 64) “EDUCAÇÃO SOCIAL: Proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, culturas e sociedades, para serem capazes, conscientemente, de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social”.

<sup>3</sup> De acordo com Gohn (2010, p. 17-18) a Educação Social (Educação não formal) “[...] capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais”.

<sup>4</sup> O Estado, para nós, advém do conceito jurídico do Direito Administrativo ao qual diz que este termo se refere a uma entidade jurídica que age de forma representativa com o objetivo de administrar um povo perante os interesses da coletividade.

como é o caso do agente que não educa e apenas pune. Além de explícitas, estas falhas podem ser implícitas ao processo, como é o caso do agente/educador social que não sabe utilizar seu atributo verbal em uma blitz educativa para orientar o cidadão sobre o uso do telefone ao volante.

É justamente sobre as falhas implícitas, especificamente, no agir linguageiro destes agentes que esta pesquisa está preocupada. Destas falhas, podemos fazer uma ligação com os conceitos dos autores que fundamentam esta pesquisa sobre as teorias do agir, do trabalho humano e da prática da Educação Social. Sendo assim, trilhamos o percurso de acordo com três seções maiores e algumas menores, as quais serão descritas abaixo.

A seção que vem logo após a introdução é intitulada “Aspectos metodológicos”, ela tem por objetivo mostrar qual a escolha da abordagem metodológica na execução desta pesquisa. Nesse sentido, optamos pela produção desta pesquisa a partir da metodologia para dar visibilidade ao leitor sobre os aportes metodológicos propostos para a análise dos dados.

A seção posterior intitulada “Perspectiva do educador social na formação para o trânsito à luz do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD”. Esta cumpre a função de conectar os aspectos do ISD ao da função do educador social, comprovando tal conexão teórica. A penúltima seção está denominada como “Educação Social: uma prática de ensino não tão presente nas escolas” e nesta tentaremos explicar ao leitor o que é esta teoria e quais são os fins dela para a pesquisa.

A última seção tem por título “Análise contextualizada: as comprovações e os contrapontos” e nela conseguimos comprovar as hipóteses a partir da análise das respostas ao questionário oferecido aos policiais que compõem o *corpus* desta pesquisa, a fim de mostrar quais foram os resultados dela de acordo com os objetivos pretendidos. Ainda na seção de análise dos dados buscamos interpretar os resultados com aporte de duas categorias de análise dispostas no Interacionismo Sociodiscursivo: os contextos de produção e as vozes enunciativas. Por último e não menos importante, na nossa última fase da pesquisa, fizemos alguns comentários críticos, a partir da produção construída dos resultados com um texto que nos motiva a continuar pesquisando sobre a temática, agora de forma mais profunda.

Portanto, concluímos essa introdução de modo a estabelecer que o trabalho aqui apresentado se fundamenta, principalmente, na importância social e educacional de compreender e aprimorar as interações humanas e linguísticas no exercício da função policial, entendendo que educar para o trânsito é, antes de tudo, educar para a vida em sociedade.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Eu acredito que a educação para o trânsito é essencial para garantirmos mais segurança a todos os cidadãos. Infelizmente venho observando um aumento no número de sinistros de trânsito e isso me faz perceber que o governo (federal, estadual e municipal) anda falhando nesse quesito, pois deveria investir ainda mais na educação para o trânsito. Pessoas mais educadas e responsáveis no trânsito gera paz e segurança a todos.

(Agente D, 2025)<sup>5</sup>

Determinar qual é a metodologia empregada em uma pesquisa é um desafio para todos os pesquisadores, principalmente no que tange às pesquisas em linguagem. A constituição do *textum*<sup>6</sup> é o momento que o pesquisador precisa tomar decisões importantes, para além da prática da pesquisa, pois é nesse momento que fica decidido qual o viés metodológico se quer utilizar, pautado em ideias e embasamentos científicos.

A pesquisa em questão se caracteriza por sua abordagem qualitativa, do ponto de vista aplicada, com finalidade descritiva e método de abordagem hipotético-dedutivo, mantendo um procedimento associativo entre o levantamento de dados e estudo de caso a partir de uma técnica de observação direta intensiva e extensiva, tendo como aporte o questionário eletrônico com 14 questões.

Deste modo, os instrumentos metodológicos cumprem o objetivo de “compreender o perfil/modelo de investigação que melhor responderá aos seus objetivos, delimitar como se dará a aproximação dos sujeitos e do (s) objeto (s), por quais caminhos, com quais instrumentos [...]” (Álvares; Freitas, 2018, p. 10). Sendo assim, estabeleceremos neste capítulo os procedimentos metodológicos de forma detalhada, todavia para melhor assimilação elaboramos abaixo um quadro (quadro 1) que tem por finalidade organizar didaticamente a metodologia da pesquisa:

---

<sup>5</sup> Resposta literal do Militar (Agente A) ao formulário da pesquisa.

<sup>6</sup> Denominação estabelecida por Álvares e Freitas (2018, p.10), no livro Pesquisa Qualitativa em Linguagem.

**Quadro 1** - Metodologia da Pesquisa

Natureza da pesquisa	Forma de abordagem	Finalidade da pesquisa	Método de abordagem	Método de procedimento	Procedimento técnico	Técnica de pesquisa
Pesquisa de campo aplicada	Quali-quantitativa	Primeiro momento: exploratória Segundo momento: descritiva	Hipotético-dedutivo	Funcionalista	Associação entre Levantamento e Estudo de caso	Observação direta intensiva: <b>observação na vida real.</b> Observação direta extensiva: <b>questionário.</b>

Fonte: adaptado de Prodanov & Freitas (2013).

As hipóteses constituem uma fase muito importante da pesquisa e sobre elas, nós a elaboramos logo no início de nossa pesquisa. Para constituir as hipóteses nos pautamos no que preconizam os autores Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 113). Sobre elas, os supracitados autores entendem que “São as orientações para uma pesquisa ou estudo. As hipóteses mostram o que estamos tentando comprovar e são definidas como explicações provisórias sobre o fenômeno pesquisado”. Abaixo destacamos, no quadro dois, as nossas hipóteses do tipo causais<sup>7</sup>.

**Quadro 2** - Hipóteses causais

H1	O processo formativo militar é responsável por parte das falhas interacionais entre o cidadão e os policiais militares.
H2	Nem todos os policiais (agentes de trânsito) têm aptidão, vocação e/ou treinamento para a função.
H3	O método de abordagem (agir linguageiro) do agente de trânsito pode não ser adequado para os transeuntes e condutores;
H4	A Educação Social é uma abordagem para além da escola;
H5	A escolha do agir humano dos policiais precisa estar alinhada à verbalização pretendida, ou seja: o modo como interage deve estar atrelado a adaptação da realidade empírica.
H6	O poder coercitivo é um dos fatores que influenciam na criação de falhas interacionais entre o policial (agente de trânsito) e os cidadãos.

Fonte: elaborado pelo autor.

<sup>7</sup> De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 120), “esse tipo de hipótese não só afirma a ou as relações entre duas ou mais variáveis e a maneira com elas se manifestam, como também propõe um “sentido de entendimento” das relações. Tal sentido pode ser mais ou menos completo, pois depende do número de variáveis incluídas, mas todas essas hipóteses estabelecem relações de causa-efeito.

## 2.1 O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Uma pesquisa deve ser bem dimensionada, considerando todos os passos que a compõem, além das nuances às quais ela possa estar compreendida. Neste sentido, a pesquisa precisa ser descrita de forma didática e metodológica para que o leitor entenda e conheça as dificuldades e os desdobramentos dela. Sobre este tema, Antonio Chizzotti (2005) afirma que:

O processo de pesquisa é um conjunto de operações sucessivas e distintas, mas interdependentes, realizadas por um ou mais pesquisadores, a fim de coletar sistematicamente informações válidas sobre um fenômeno observável para explicá-lo ou compreendê-lo. É um trabalho complexo que reúne diferentes competências (escrever, sistematizar, analisar), organização pessoal e o domínio de técnicas especializadas (documentação, instrumentos de pesquisa etc.). (Chizzotti, 2005, p. 35)

Para que um método seja definido é necessária a observância de um plano procedimental que compreenda toda a relevância científica. Lakatos e Marconi (2003, p. 84) afirmam que existem nove etapas que um estudo deve cumprir para que a metodologia seja entendida como científica, a citar: “descobrimento do problema; colocação precisa do problema; procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema; tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados; invenção de novas ideias (hipóteses, teorias ou técnicas) ou produção de novos dados empíricos que prometam resolver o problema; obtenção de uma solução (exata ou aproximada) do problema com auxílio do instrumental conceitual ou empírico; investigação das consequências da solução obtida; prova (comprovação) da solução; correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta.

Sabendo disso, cumpre expor de forma didática através da tabela abaixo (tabela 1) o passo a passo ao qual essa pesquisa estará submetida, de acordo com as orientações de Lakatos e Marconi (2003). Todavia, cabe ressaltar que nem todas as etapas definidas pelas autoras supracitadas foram seguidas nesta pesquisa, já que a orientação dos autores não é “engessada” ou um modelo pronto, pelo contrário, compreende fases que caracterizam as pesquisas e podem ser adaptadas de acordo com cada tema, conforme mostramos na tabela 1.

**Tabela 1** - Fases da pesquisa

Fases	Atividade	Mês/ano
1 <sup>a</sup>	Observação do fenômeno, sob a ótica da observação livre de Triviños (1987)/Definição de hipóteses e Recorte: definição do público-alvo.	JANEIRO/2025 A JUNHO/2025
2 <sup>o</sup>	Levantamento e Coleta de dados sobre o público-alvo com recurso de questionário com 14 questões via <i>GoogleForms</i> . <sup>8</sup>	JULHO/2025
3 <sup>o</sup>	Tabulação dos dados em formato de gráficos.	AGOSTO/2025
4 <sup>o</sup>	Tratamento, interpretação e alinhamento dos dados relacionados ao aporte teórico.	AGOSTO/2025
5 <sup>o</sup>	Análise dos resultados à luz das categorias de análise do ISD.	AGOSTO/2025 A OUTUBRO/2025
6 <sup>o</sup>	Consideração final crítico-reflexiva sobre os resultados produzidos.	NOVEMBRO/2025

Fonte: elaborado pelo autor.

Vale salientar que o passo a passo aqui destacado compreende o processo geral, sem constar as especificações de cada passo, já que todas as especificações estão dispostas nas seções que se seguem. Neste viés, o procedimento metodológico de um trabalho acadêmico deve compreender a relevância científica e, ao mesmo tempo, um olhar reflexivo sobre os fatos pesquisados. A escolha do instrumento metodológico é de suma importância para que a teoria seja entrelaçada à prática e tenhamos a visão macro dos resultados diante das respostas alcançadas através dos dados produzidos na pesquisa. Corroborando com esse pensamento, Lakatos e Marconi (2003, p. 83) afirmam que “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”.

Destarte, faz-se necessário entender cada tipo e classificação que, de acordo com as autoras acima citadas, estão relacionadas ao estudo de situações ou indivíduos específicos da sociedade, a exemplo de profissões, como é o caso deste estudo. Sendo assim, um método deverá considerar os objetivos da pesquisa, para que se entenda como se deverá abordar e proceder quando se estiver pesquisando.

Ainda segundo as autoras Lakatos e Marconi (2003, p. 106), os estudos sobre as ciências sociais conceberam um novo olhar sobre as tratativas de método, o que as autoras denominaram “Método e Métodos” para distinguir um “método de abordagem” de um “método de procedimento”. Essa distinção diz que os métodos de abordagem são os tradicionalmente utilizados nos processos de escrita (indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético) já os métodos de procedimento são aqueles que evidenciam etapas mais concretas da investigação.

<sup>8</sup> O questionário está disposto na seção de análise dessa pesquisa, além de constar como apêndice.

Os métodos de procedimento são amplamente difundidos nas ciências sociais (histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista).

Partindo dos pressupostos acima, decidimos determinar que o método de abordagem desta pesquisa se dará no eixo hipotético-dedutivo “que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (Lakatos; Marconi, 1992, p. 106). Por entender que o método hipotético-dedutivo corresponde a hipótese desta pesquisa que está em descobrir se os agentes de trânsito do estado de Sergipe são capazes de estabelecer seu papel educativo no contexto das práticas de trânsito, decidimos por determinar que o método de procedimento será o funcionalista, por entender que:

O método funcionalista considera, de um lado, a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais; de outro, como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras. Qualquer que seja o enfoque, fica claro que o conceito de sociedade é visto como um todo em funcionamento, um sistema em operação. E o papel das partes nesse todo é compreendido como Junções no complexo de estrutura e organização. (Lakatos; Marconi, 2003, p. 110)

Este procedimento corresponde ao que se quer buscar nesta pesquisa, no sentido de entender o papel dos partícipes da sociedade, no que concerne às práticas de linguagem para uma interação linguística assertiva ou não, mas que comprove o fenômeno da inadequação da interação linguística entre o emissor (o policial agente de trânsito) e o receptor (o cidadão transeunte ou condutor de veículos automotores ou não automotores).

Define-se aqui um estudo aplicado descritivo, que para Triviños (1987) é um tipo de pesquisa frequentemente utilizado nos eixos educacionais, ou seja, “O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas etc. (Triviños, 1987, p. 109).

A metodologia de uma produção escrita é parte essencial e decisiva para que a pesquisa seja relevante e possa ser constituída de forma prática, progressiva e que atenda às demandas da sociedade. Nesse sentido, Severino (2000, p. 88) destaca que:

[...] não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. [...]. É que a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real.

Por entender que uma pesquisa precisa ser relevante, ainda mais em se tratando de uma pesquisa no campo da linguagem, a pesquisa em questão cumpre a natureza aplicada a qual uma

pesquisa desse teor tem que cumprir. Sobre a pesquisa de campo aplicada, Prodanov e Freitas (2013, p. 51) afirmam que ela “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”. Envolve verdades e interesses locais”.

Após estabelecer a natureza da pesquisa, cumpre inferir o seu objetivo empírico, que no caso específico desta pesquisa optou-se por separar os objetivos em dois momentos em que o primeiro momento corresponde à pesquisa exploratória, que em linhas gerais de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52) é o momento em que o pesquisador faz uma análise preliminar do que se pretende pesquisar, delineando assim o caminho ao qual se quer percorrer, que em geral envolve levantamento bibliográfico, – que no nosso caso foram fichamentos referenciais sobre as grandes e subáreas de conhecimento – diálogos informais com o público que se quer atingir, – que no nosso caso foram conversas verbais com representantes dos policiais militares em seu ambiente de trabalho, com análises contextuais de observações empíricas.

Partindo da análise exploratória conseguimos entender que a pesquisa está no eixo das ciências sociais e humanas e a abordagem mais adequada para ela seria a análise descritiva, a qual é responsável por “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

Na pesquisa descritiva podemos estudar as particularidades de um determinado público sem interferir no fenômeno identificado e estabelecendo uma posição de subordinação entre os dados – que são discricionários – e os objetivos da pesquisa. Sabendo que a ação de descrever também é um papel do estudante das linguagens, a análise descritiva corresponde tanto a uma abordagem metodológica quanto ao papel do investigador em linguagens no eixo da interação linguística.

### **2.1.1 Procedimentos de análise da pesquisa**

Para comportar o elemento analítico da pesquisa em pauta, nos debruçamos sobre os procedimentos de análise do estudo. Para isso, consideramos os aportes teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo, a saber, especificamente sob o olhar de duas categorias textuais: o Contexto de Produção e as Vozes.

À luz dos conceitos do ISD, nesta subseção<sup>9</sup>, estabelecemos que o Contexto de Produção é o lugar físico da pesquisa, que o caso desta pesquisa é justamente o Batalhão de Policiamento de Trânsito de Sergipe - BPTran, já as Vozes são os agires linguageiros dos policiais militares atrelados a esta pesquisa, como está estabelecido nas próximas subseções.

Os resultados obtidos no questionário representam, parcialmente, na pesquisa qualitativa, as respostas das indagações feitas nas hipóteses da pesquisa, bem como são as Vozes enunciativas. Estes resultados podem ser positivos ou negativos em relação ao que se colocou como pensamento crítico, todavia mesmo sendo resultados negativos, ainda assim demonstram a relevância da pesquisa. Sobre isso, Triviños (1987, p. 171) afirma que “Os resultados do questionário, por exemplo, alimentam o desenvolvimento da entrevista semiestruturada e a observação livre”.

O autor supracitado (1987, p. 171-173) destaca alguns passos para a representação e relação dos dados às teorias, como por exemplo: 1º leitura atenta “com olhos abertos”; 2º segunda leitura para sublinhar as ideias; 3º listagem de respostas por categorias de respondentes e por pergunta; 4º elaboração de uma lista única de respostas; 5º análise preliminar das respostas, para detectar divergências, conflitos, vazios e pontos coincidentes.

Neste caminho, Triviños (1987, p. 173) afirma que, após as etapas destacadas, o investigador deverá observar:

O material classificado (dos questionários, entrevista semi-estruturada, observação livre, documentos legais e oficiais etc.) sob o escopo da teoria ou teorias encontradas no estudo das respostas dos sujeitos e dos documentos, e da teoria que servirá de apoio, se necessário, à proposta de transformação que apresenta o pesquisador como alternativa e lhe permitirá elaborar um esquema de interpretação e de perspectivas dos fenômenos estudados.

Sobre o esquema de interpretação e as perspectivas do fenômeno estudado, o autor ainda relata que existem três aspectos fundamentais que o investigador deverá observar, a citar: “a) nos resultados alcançados no estudo (respostas aos instrumentos, ideias dos documentos etc.); b) na fundamentação teórica (manejo dos conceitos-chaves das teorias e de outros pontos de vista); c) na experiência pessoal do investigador” (Triviños, 1987, p. 173).

Para tratar os dados utilizamo-nos do recurso do próprio *software Google Form*, que disponibiliza a opção gráficos para, assim, podermos realizar tal tratamento. Este recurso nos

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que as categorias de análise estão amplamente contextualizadas e fundamentadas na seção de “PERSPECTIVA DO EDUCADOR SOCIAL NA FORMAÇÃO PARA O TRÂNSITO À LUZ DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO – ISD”.

permitiu separar cada resposta de acordo com categorias específicas, como por exemplo: gênero, idade etc. Todavia, cabe aqui relatar efetivamente o passo a passo.

Em primeiro momento, utilizamos a plataforma *Form* para baixar todos os dados e planilhas e exportar para os *softwares Microsoft Word e Excel*, nestes aplicativos pudemos gerar todos os dados e convertê-los de modo que o leitor pudesse observar de forma efetiva. Posteriormente a esta ação fizemos a escolha efetiva dos dados que seriam pertinentes à cada parte da pesquisa, ou seja: separamos tabela por tabela e gráfico por gráfico. E, por último, separamos cada parte teórica para embasar as afirmações que foram depreendidas dos dados colhidos.

A parte que trata sobre a interpretação, após o tratamento dos dados, pudemos alinhar todos os dados, obedecendo o que Triviños (1987) orienta em seus estudos, de modo a entender cada resposta como um fenômeno que pôde ser entendido de maneira imparcial, de acordo com a experiência que nós, enquanto investigadores, temos sobre o tema, bem como o que os autores especialistas fundamentam sobre os tópicos.

### **2.1.2 Forma de abordagem: da análise quali-quantitativa**

No campo do estudo das linguagens o dinamismo de análises é sempre preservado, entendendo que é um campo que se modifica a cada evolução humana e por isso a forma de abordagem que mais se utiliza é a abordagem qualitativa ou até mesmo a quali-quantitativa, por se entender que esta abordagem acompanha o dinamismo esperado pelos pesquisadores. Sobre esta abordagem, Chizzotti (2005, p. 79) afirma que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Como explicitado pelo autor, a pesquisa qualitativa é uma forma de mostrar que o sujeito tem total ligação com o mundo real e com as realizações sociais, não se restringindo à contagem numérica ou dados “fechados” sobre determinado tema. Esta abordagem traz para os pesquisadores teses e antíteses, pensamentos contrários, desafios, contraposições etc. e em pesquisas em linguagem, ainda se tem o fato de ser um campo baseado em constituições de

significados e em interações que os significados estabelecem. Sabendo disso, a pesquisa aqui realizada não se limita a uma única posição e, além disso, convida outros pesquisadores a se alinharem em aprofundamento ou até mesmo oporem-se ao que se obteve de resultado.

Desta forma, apesar de a metodologia se basear em um tipo, quando se trata de pesquisa qualitativa ou quantitativa não se pode usar o termo “tipo” e sim “abordagem”, como afirma Severino (2013, p. 73):

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas.

Partindo desse pressuposto, define-se a pesquisa como sendo de análise qualitativa, já que, para Triviños (1987, p. 124), a pesquisa qualitativa é entendida como:

[...] "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica" [...].

Não obstante, optamos pela utilização da pesquisa qualitativa percebendo que ela está relacionada a um estudo de caso sincrônico. Além disso, a pesquisa qualitativa aliada a um estudo de caso possibilita ao pesquisador a preocupar-se também com o processo da pesquisa e não somente com o resultado, como Bogdan (1982) *apud* Triviños (1987) destaca.

## 2.2 CORPUS E RECORTE DA PESQUISA: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE MATERIALIZADAS NA PESQUISA

Diante do coletivo de 10 policiais militares que foram nomeados no último certame de concurso pelo EDITAL nº 04/2018 (Sergipe) é que podemos constituir o *corpus* e recorte da pesquisa. A proposta de recorte consiste em o pesquisador ter, em determinado momento de sua vida, acesso ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Sergipe - DETRAN (órgão que tem ligação direta com o Batalhão em tela), e, por essa razão, mantém o diálogo com o

coletivo de trabalho, sem impedimento à produção do *corpus* e recorte da pesquisa. Este recorte é independente de gênero ou idade, sabendo que todos foram nomeados entre os anos de 2019 e 2022 e estão lotados (no período em que esta pesquisa acontece) no Batalhão de Policiamento de Trânsito do Estado de Sergipe.

Lakatos e Marconi (1992, p. 108) afirmam que a população ou amostra corresponde ao “universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Além disso, de acordo com os autores afirmam que “o problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo, e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, pode inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada”.

Neste sentido, o recorte e o *corpus* escolhido são peculiares e não compreendem o todo do coletivo de todos os agentes de trânsito policiais militares brasileiros, pois considera as particularidades de cada instituição policial militar do Brasil. Então, não há o que se dizer que o resultado da pesquisa abrange um contexto global, mas sim, versa sobre parte do subconjunto de policiais que exercem suas funções correlacionadas à Educação para o Trânsito. Sobre isso, Lakatos e Marconi (1992, p. 108) ainda afirmam que “o conceito de amostra é que a mesma constitui uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

### **2.2.1 Local e os participantes da pesquisa**

A partir das perspectivas de desenvolvimento da pesquisa, consideramos as categorias de análise do ISD da seguinte maneira: O Contexto de Produção e as Vozes materializadas em forma de questionário dos sujeitos participantes do estudo, conforme destacamos na subseção “Procedimentos de análise da pesquisa”

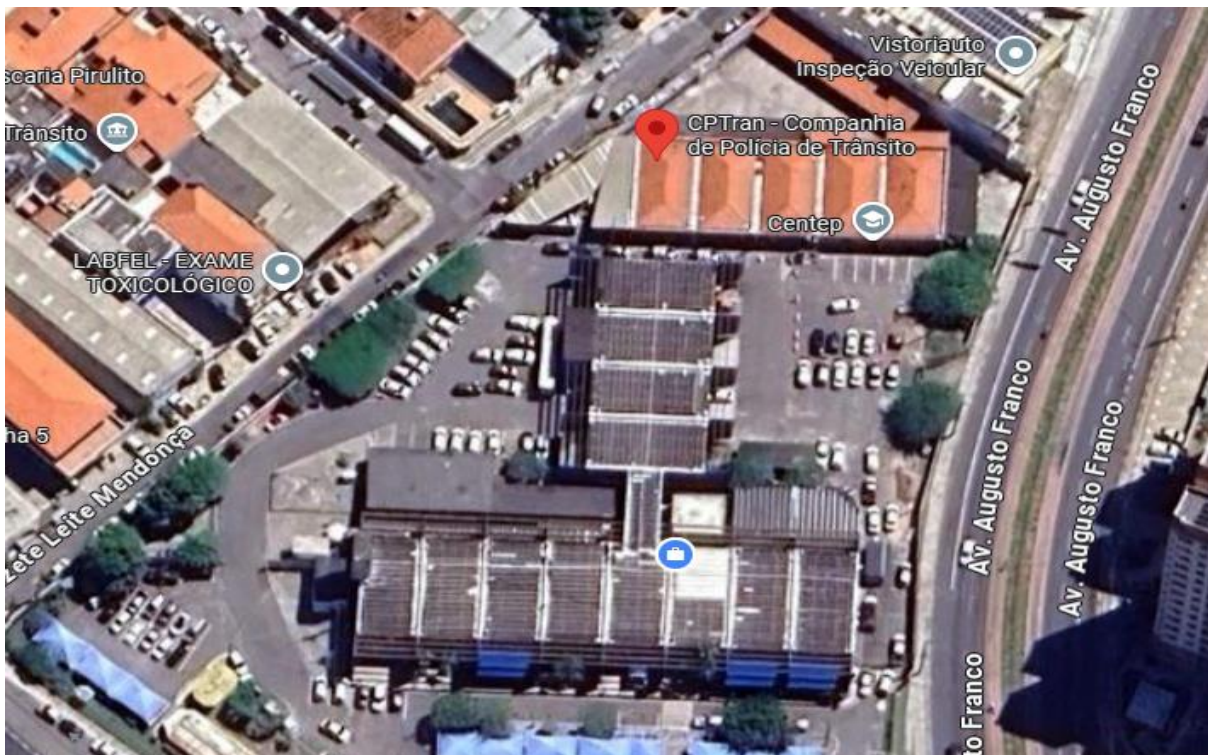
#### *2.2.1.1 O Contexto de Produção: o lugar social da pesquisa*

Apesar de ser uma pesquisa em grande parte digital, é imprescindível destacar a relevância do lugar físico, ou seja: o Contexto de Produção. O Batalhão de Policiamento de Trânsito de Sergipe fica situado à Avenida Tancredo Neves (uma das mais movimentadas de Aracaju/SE) e tem sua base dentro do DETRAN/SE, por isso o pesquisador teve tanto contato com o lugar em questão. De acordo com o site institucional da PM/SE:

O BPTran atua sistematicamente na fiscalização, orientação e controle de tráfego em todo Estado de Sergipe, atuando as infrações de trânsito de competência do Estado (documentação do veículo e condutor, equipamentos obrigatórios), sendo que nos municípios que possuem convênio com o Detran, o BPTran autua todas as infrações previstas no CTB. (Site da Polícia Militar de Sergipe)

O Batalhão atua diretamente nas ruas e desenvolve ações educativas junto à população, estabelecendo um papel que vai além da simples atuação repressiva: seus agentes são, muitas vezes, mediadores de conflitos, orientadores e educadores no espaço público. Trago algumas imagens do *Google Maps* para mostrar um pouco mais da estrutura física do local:

**Figura 2** - Visão aérea da localização do BPTran



Fonte: *Google Maps*. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Cptran>. Acesso em: jun. 2025.

É nesse contexto que se insere o meu projeto de pesquisa, que tem como campo empírico o próprio Batalhão Policiamento de Trânsito de Sergipe. A escolha dessa instituição se deu tanto pela relevância social de seu trabalho quanto pela experiência pessoal que tive anteriormente durante meu estágio no DETRAN/SE, em que pude observar de perto as interações entre policiais e cidadãos.

A rotina do BPTran oferece um cenário rico para analisar as práticas discursivas desses profissionais, especialmente sob a perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo, que entende a linguagem como uma ferramenta central na construção das relações sociais e identitárias e de

desenvolvimento humano. Dessa forma, a escolha do local ajuda a compreender de que maneira os policiais militares de trânsito constroem sentidos, negociam significados e se posicionam como agentes educativos no contexto urbano.

### *2.2.1.2 Os participantes da pesquisa: as Vozes*

A constituição de uma pesquisa perpassa diversos fatores, entretanto o fator que, em nossa perspectiva, precisa ser devidamente valorado são os participantes. Estes participantes compõem o quadro empírico de uma pesquisa, sendo, para além de uma fonte de dados, um guia para que os fins da pesquisa possam ter êxito. Desta forma, descreveremos de maneira técnica e prática quais são os personagens desta pesquisa nesta seção.

### *2.2.1.3 O pesquisador*

Minha trajetória acadêmica e profissional é fortemente marcada por uma dedicação à área da Linguística, especialmente em suas interfaces com práticas sociais. Desde a graduação em Letras – Português e Espanhol, segui aprofundando minha formação com uma especialização em Linguística e Formação de Leitores e, atualmente, curso o mestrado em Estudos da Linguagem pela UNILAB. Ao longo dessa jornada, pude ter acesso a pesquisas voltadas para a Linguística Aplicada, sempre com o olhar voltado para os usos reais da linguagem em contextos sociais diversos.

Durante o mestrado, optei por seguir a linha do Interacionismo Sociodiscursivo, influenciado pelas pesquisas desenvolvidas pelo meu orientador, que abordam a linguagem como prática social e a formação de sujeitos a partir de suas interações discursivas que as constituem no caminho do desenvolvimento humano. Essa abordagem dialoga diretamente com minha proposta de pesquisa, que investiga a atuação interativa dos policiais militares enquanto educadores sociais. Essa escolha não foi aleatória: durante um estágio realizado no DETRAN/SE, tive contato direto com agentes da segurança pública, o que me despertou interesse pela forma como esses profissionais interagem linguisticamente, educam e constroem vínculos com a população. Além disso, sendo uma pessoa que dirige com frequência, sempre estive atento à importância da linguagem no trânsito e às interações entre condutores e autoridades. Essa vivência prática fortaleceu meu desejo de compreender mais profundamente os processos interativos que permeiam essas relações.

#### 2.2.1.4 O policial militar

O Estado de Sergipe – assim como todos os Estados brasileiros – como unidade da República Federativa do Brasil, é dotado de preceitos legais, que são auto executórios, ou seja, as ações que envolvem a lei são executadas de forma autônoma pelo poder executivo. Outrossim, este poder que o Estado exerce deve obedecer ao regime democrático de direito, este regime estabelece que o poder emana do povo, como preconiza o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988.

É amplamente difundido pelos estudos jurídicos que todo poder deve emanar do povo e o Estado deve cumprir o dever de cuidar do seu povo, como forma de exercer a segurança pública. Esta é a determinação da CF/1988 em seu art. 144, que informa que o Estado deve constituir órgãos de defesa das pessoas e do patrimônio, assim constituindo as polícias, como é o caso da polícia militar, que está subordinada diretamente ao governador do Estado.

A constituição do Estado de Sergipe (1989), em seu art. 125, diz que:

Art. 125. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e das garantias fundamentais, através dos seguintes órgãos: I - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 13 de 1996).

Neste sentido, fica bem claro que a polícia militar é responsável por se posicionar como protetora do povo, zelando por sua integridade física e por seu bem-estar. Sabemos que esse cuidado deve existir em todas as áreas em que se tem a presunção de segurança/insegurança, como por exemplo o cuidado para que as pessoas não sejam assaltadas, sequestradas ou até mesmo sofrerem algum tipo de sinistro/acidente de trânsito.

Sobre o último exemplo, o Estado delega funções específicas para cada agrupamento policial, com o intuito de segmentar a polícia militar para que cada função seja realizada pelo militar adequado. Entretanto, nem sempre essa segmentação dá certo, considerando que existem diversos fatores políticos que determinam o agrupamento militar que o policial irá participar. Todavia, o que se sabe é que geralmente isso já é definido desde o momento em que ele passa pelo curso de formação, de acordo com a logística da própria instituição militar.

Cumprindo a obrigatoriedade de trazer segurança e bem-estar à população, o Estado segrega a polícia militar em algumas áreas, a citar: educação escolar (Proerd); combate ao tráfico de drogas; operações especiais (sequestros, explosivos etc.); polícia ostensiva; e

policciamento de trânsito etc. Sobre este último (o trânsito) é que nos concentramos sobre esta produção científica.

De acordo com relato oral<sup>10</sup> do Capitão de Polícia Militar da Polícia do Estado de Sergipe Júnior, o policial, seja ele recruta na polícia ou veterano precisa se adequar aos parâmetros do trânsito, demonstrando um perfil fiscalizatório e conhecedor das leis de trânsito, especificamente do Código de Trânsito Brasileiro.

Para além de tudo, os policiais devem observar os direitos inerentes do relacionamento policial com os cidadãos. Esses direitos estão constituídos em uma cartilha elaborada pelo Ministério Público Federal com título “Diretrizes para uma Polícia Cidadã”, de 2010. A cartilha informa que: “São direitos dos cidadãos no relacionamento com policiais: - Ser tratado com respeito; - Não ser agredido verbalmente”. (Brasil, 2010, p. 11)<sup>11</sup>.

O conceito de Polícia Cidadã deve perseguir a conduta militar, principalmente no relacionamento verbal, pois este é um dos fatores mais importantes no que tange às boas práticas de Educação Social, destacada pela sua função política de prática social, conforme menciona Paludo (2001, p. 65) ao afirmar que a Educação Social/Popular é

[...] mediada por sujeitos políticos e recursos, que articulam em torno de si diferentes campos de forças políticas e culturais. Estas forças disputam entre si a direção para as práticas educativas (fins e meios) e articulam-se de forma orgânica com a perspectiva de direcionamentos (projetos) econômico, político e cultural da sociedade no seu conjunto.

Ainda, sobre a perspectiva da autora, o contexto de Educação Popular é marcado por aspectos históricos de convivência entre os componentes da sociedade. Sobre essa prerrogativa, complementamos a hipótese da autora afirmando que a relação policial e cidadão deve ser pautada por articulações proativas de boa convivência, de modo a contribuir para o entendimento de ambas as partes, deixando de lado o excesso relacional.

Nesse enfoque, o próprio Estatuto da Polícia Militar do Estado de Sergipe (1976) informa que o policial deverá observar os preceitos da ética policial-militar em todas as instâncias de sua vida profissional. Sobre estes, vale destacar que o policial militar deve:

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal; [...]  
 III - respeitar a dignidade da pessoa humana.  
 [...];

<sup>10</sup> Este relato foi colhido em uma conversa informal que obtivemos com o Capitão em uma das visitas realizadas ao Batalhão de Policiamento de Trânsito.

<sup>11</sup> BRASIL. Diretrizes para uma Polícia Cidadã: Conheça seus direitos e deveres. MPF: Brasília, 2010.

VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual, físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

[...]

IX - **ser discreto em suas atividades, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;**

[...]

XIV - **observar as normas da boa educação;**

[...]

(Sergipe, 1976, p. 18, *grifo nosso*)

Os dois deveres destacados acima refletem pontos relevantes a nossa pesquisa, pois são tópicos que a instituição polícia toma como deveres do policial militar em suas práticas de trabalho e que estão devidamente ligados às práticas interativas ou enunciativas desses trabalhadores.

#### 2.2.1.5 O cidadão transeunte

O termo transeunte pode não ser tão familiar para o leitor e por isso carece de significação. Este termo está presente no âmbito jurídico e refere-se à pessoa em condição de pedestre. O motivo pelo qual o termo fora escolhido por nós está no fato de que transeunte, de acordo com o dicionário Aulete Digital<sup>12</sup>, é justamente uma pessoa que está em transição ou possui condição transitória.

É nesse sentido de transição que o cidadão se encontra quando se trata de abordagens no trânsito, pois ele pode ser condutor, como também pedestre e como também ciclista, ou seja: ele transita em categorias. Considerando que o agente de trânsito pode educar qualquer que seja a categoria, o termo transeunte funciona como palavra “coringa” para tal denominação.

Vale destacar que na perspectiva de Van Dijk (2008, p. 119), o cidadão transeunte faz parte do grupo de pessoas que possivelmente são controladas a partir de discursos públicos que exercem poder através da instituição, como menciona o autor:

Em muitas situações, as pessoas comuns são alvos passivos, em maior ou menor grau, de textos orais e escrito, por exemplo, de seus chefes, professores ou de autoridades, como oficiais de polícia, juízes, burocratas da previdência social ou auditores fiscais, os quais podem simplesmente dizer-lhes em que devem (ou não) acreditar ou o que podem (ou não) fazer. (Van Dijk, 2008, p. 119)

A afirmação de Van Dijk (2008, p. 119) revela o modo como o discurso institucional exerce poder sobre os indivíduos considerados “pessoas comuns”, que muitas vezes ocupam

<sup>12</sup> (tran.se.un.te) 1. Aquele que vai caminhando ou passando; ANDANTE; CAMINHANTE; PASSANTE  
2. Que passa; que não permanece; PASSAGEIRO; TRANSITÓRIO

uma posição passiva diante das mensagens produzidas por autoridades legitimadas socialmente. No contexto da Educação para o Trânsito, essa ideia se aplica diretamente ao cidadão transeunte, que se encontra em uma relação assimétrica de comunicação com os agentes públicos, como policiais e educadores de trânsito. Nesse cenário, o cidadão é frequentemente o RECEPTOR de discursos que orientam, instruem ou determinam comportamentos, sendo conduzido a agir conforme normas pré-estabelecidas pelo poder público.

Assim, o cidadão transeunte é justamente a pessoa-foco das orientações do agente de trânsito enquanto educador social. Outrossim, desse cidadão depreende-se concepções e resultados do modo como o educador trabalha, pois eles são o foco da Educação Social no trânsito. Sendo assim, mesmo tendo muito a se falar sobre as concepções que o cidadão transeunte tem sobre a abordagem do agente, não debateremos sobre isso, pois é uma matéria a ser estudada em pesquisa posterior, quiçá no percurso do doutorado.

### 2.3 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

As técnicas de pesquisa compõem a parte prática da pesquisa, estas devem ser escolhidas de acordo com a metodologia escolhida pelo pesquisador considerando seu objetivo e hipóteses. Severino (2013, p. 77) diz que:

As técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias. Mas, obviamente, precisam ser compatíveis com os métodos adotados e com os paradigmas epistemológicos adotados.

Sabendo dessas informações, é necessário destacar que o instrumento escolhido por nós foi o questionário online, com questões discursivas e objetivas. A escolha se deu pelo fato de que a pesquisa trata-se de uma pesquisa sensível em vários sentidos, a citar: 1º O conjunto de profissionais que geram o *corpus* da pesquisa estão em uma posição de trabalho delicada, e não conseguem disponibilizar um tempo mais longo na participação da pesquisa (como por exemplo: não podem se comprometer em conceder entrevistas gravadas ou outro tipo de abordagem), pois têm sua carga de trabalho diferente da convencional. 2º A presença do pesquisador no recinto militar pode trazer desconforto para toda a corporação. 3º O foco da pesquisa são as respostas sinceras do militar e se o pesquisador estiver presente com um questionário físico, isso poderia trazer um certo tipo de intimidação na relação entre pesquisado e pesquisador.

Em se tratando de documentos e instrumentos de pesquisa, Lakatos e Marconi (1992, p. 113) afirmam que:

Ainda indicando como a pesquisa será realizada, devem-se anexar ao projeto os instrumentos referentes às técnicas selecionadas para a coleta de dados. Desde os tópicos da entrevista, passando pelo questionário e formulário, até os testes ou escalas de medida de opiniões e atitudes, a apresentação dos instrumentos de pesquisa deve ser feita, dispensando-se tal quesito apenas no caso em que a técnica escolhida for a de observação.

Sabendo disso, o questionário online, no momento e em decorrência do ambiente, é o instrumento mais adequado de produção de dados possível para que esta pesquisa possa ser realizada. Além de ser algo prático e rápido, o entrevistado poderá ter mais liberdade de tempo para poder respondê-lo com paciência e dedicação, trazendo assim respostas mais precisas do que se busca investigar. Para Severino (2013, p. 78) o questionário é um:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. Podem ser questões fechadas ou questões abertas. No primeiro caso, as respostas serão escolhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal.

Dessa maneira, o questionário, disponibilizado aos participantes, é considerado misto, pois é composto por perguntas abertas e fechadas. Cabe ressaltar que para a aplicação do questionário utilizado nesta pesquisa foi necessário o livre consentimento dos envolvidos através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>13</sup> e de autorização expressa do Batalhão de Policiamento de Trânsito através de Carta de Anuência da Instituição, sendo estes documentos apresentados previamente ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Nossa pesquisa também utilizou como forma de investigação o método de observação direta/livre, que para Triviños (1987, p. 153):

"Observar", naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um "fenômeno social" significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é

<sup>13</sup> Tanto os TCLE's quanto a carta de autorização estão disponíveis para consulta.

indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc.

Nesta perspectiva, a observação livre proposta nesta pesquisa cumpre o objetivo de entender se as hipóteses elaboradas cumprem seu papel, de modo a apreciar as mudanças e a complexidade das relações linguísticas entre os militares no seu contexto de trabalho. Nesta observação (que foi feita de modo guiado, por 6 vezes)<sup>14</sup> pudemos escutar expressões militares, perceber os agires linguísticos, entender o ordenamento militar e apreciar as interações - mesmo que breves - verbais entre os investigados.

Chizzotti (2005, p. 54) “a observação sistemática objetiva superar as ilusões das percepções imediatas e construir um objeto que, tratado por definições provisórias, seja descrito por conceitos e estes permitam ao observador formular hipóteses explicativas a serem ulteriormente constatadas e analisadas”. Sendo assim, na observação livre foi possível, por exemplo, saber que os policiais utilizam um tipo de alfabeto que é caracterizado por palavras táticas e que este alfabeto é utilizado na relação entre estes militares no seu ambiente de trabalho.

Nas observações livres que fizemos pudemos entender que a pesquisa tem efetiva relevância e pudemos, também, em alguns momentos informais escutar relatos e depoimentos dos profissionais pesquisados que puderam dar norte à escrita, todavia, estas escutas não puderam ser catalogadas (gravadas), pois não está de acordo com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa. Todavia, estes relatos estão intrinsecamente na pesquisa.

Sobre a situação destacada acima, Triviños (1987, p. 156-157) afirma que:

É preferível, em todas as circunstâncias, que o pesquisador opte pela gravação das entrevistas ou de algum diálogo que escuta que se considera importante para a investigação. Às vezes ocorre, não obstante isso, que não existe a oportunidade de realizar a gravação do diálogo. Nessa circunstância, o investigador deve procurar reproduzir em suas anotações, da maneira mais exata possível, todo o desenvolvimento da conversação, indicando, individualizando as participações.

A fala do supracitado autor fundamenta a prática de observação livre que pudemos realizar nesta pesquisa. Sabendo de todas as dificuldades, ainda assim pudemos realizar o registro em anotações que serviram de base para a efetiva amostragem, que não se resumiu a

---

<sup>14</sup> Pude ir até o Batalhão supracitado nessas 6 vezes para conversar com alguns militares, porém não fui autorizado a realizar gravações, apenas fiz algumas anotações breves, já que as visitas foram rápidas, durando por volta de 20 ou 30 minutos, e foram basicamente para colher as assinaturas e reunião com os superiores do Batalhão. Porém, eu consegui entender o “clima” do ambiente militar e perceber como os militares se comunicam e isso me fez entender mais sobre as hipóteses do trabalho e como essas têm sua relevância social demarcada.

apenas uma interpretação de tabelas, mas também, a uma aproximação com o ambiente de trabalho dos pesquisados por parte do pesquisador.

### 2.3.1 O instrumento de produção da pesquisa: o papel do questionário

Sobre técnica de pesquisa Severino (2013, p. 63) afirma que: “no entanto, não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada”. Desta forma, o instrumento de produção de dados destacado na seção anterior foi utilizado obedecendo o seguinte processo:

**Tabela 2** - Fases da produção de dados

ETAPA	PROCESSO	DETALHAMENTO
1º	Elaboração do questionário após algumas observações livres. <sup>15</sup>	6 observações pontuais e aleatórias foram realizadas de maneira presencial.
2º	Alinhamento do questionário de acordo com as recomendações do professor orientador;	Algumas reuniões presenciais para criação e alinhamento do questionário, até a sua completude.
3º	Submissão do questionário ao Comitê de Ética em Pesquisa- CEP.	Registro firmado no dia 07 de junho de 2024, ela foi submetida ao Comitê e só teve a aprovação no dia 18 de novembro de 2024.
4º	Alterações de acordo com às solicitações do CEP.	Duas alterações foram realizadas no questionário, o que nos levou a elaboração de 14 questões, sendo 3 dissertativas e 11 objetivas.
5º	Aprovação do CEP.	Aprovação no dia 18 de novembro de 2024.
6º	Solicitação ao BPTran da lista de contatos dos policiais que constituem o recorte da pesquisa.	Solicitei ao sargento auxiliar a lista e ele prontamente atendeu ao pedido.
7º	Disponibilização do TCLE aos militares.	No dia 30/07/2025 cada TCLE foi encaminhado de maneira personalizada aos participantes, via <i>Whatsapp</i> .
8º	Após aceite dos policiais enviamos o questionário.	À medida que os policiais assinaram o TCLE foi encaminhado o questionário online.
9º	Recebemos as respostas às perguntas realizadas e finalizamos o recebimento de respostas ao questionário, após todos os envolvidos terem respondido.	A partir do dia 01/08/2025 começamos a receber as respostas.
10º	Utilização da plataforma do questionário ( <i>Form</i> ) para tabular os dados.	Do dia 01/08/2025 até o dia 12/08/2025 fizemos a tabulação dos dados com o <i>software</i> mencionado.

Fonte: elaborado pelo autor.

<sup>15</sup> Método explicado na subseção “Instrumentos de produção de dados”, de acordo com Triviños (1987).

A fim de facilitar a compreensão do leitor quanto ao percurso metodológico da pesquisa, a tabela acima apresenta de forma sistematizada as etapas seguidas para a elaboração, submissão e aplicação do questionário junto aos policiais militares, incluindo os processos éticos, logísticos e analíticos. Esse registro serve como ponte para o próximo capítulo, intitulado "Produção de dados: tempo e relevância na pesquisa", no qual serão discutidas as implicações práticas e a importância das respostas obtidas para o desenvolvimento da análise proposta.

### **2.3.2 Produção de dados: tempo e relevância na pesquisa**

É de suma importância destacar que esta pesquisa, apesar de ter sido, em partes, de forma virtual, ainda constitui uma Pesquisa de Campo, sobre este tipo de pesquisa, Severino (2013, p. 76) afirma que:

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Conforme frisa o autor, na pesquisa de campo o pesquisador age como observador, de modo que não interfira nas ações do observado para que os resultados obtidos possam ser os mais fidedignos possíveis. Neste sentido, nossa pesquisa por ter uma parte bem marcada de observação livre, conforme destacado na introdução deste trabalho, e além de os dados serem produzidos conforme respostas guiadas dos observados, trata-se de uma pesquisa com método de abordagem de campo. Sobre a parte que condiz com a observação livre Chizzotti (2005, p. 142) destaca que:

Em algumas oportunidades, o pesquisador deve procurar ter uma ideia da maturidade política das pessoas antes de qualquer tentativa de querer ingressar como estudioso de suas peculiaridades. Se ela é elevada, isto é, se existe organização partidária consciente, talvez seja possível, através do diálogo e da negociação, com a liderança dos grupos, permitir o desenvolvimento de seu trabalho e, inclusive, apoiá-lo.

Ainda, cumpre informar que os dados foram produzidos desde o momento que tivemos a aprovação do CEP para que fossem respeitadas todas as questões éticas. Sendo assim, conforme cronograma exposto na seção "O procedimento metodológico da pesquisa", fizemos um levantamento de dados de acordo com o questionário anexo a este trabalho, o qual fora disponibilizado de maneira virtual aos observados da pesquisa.

Este processo durou por volta de 4 (quatro) meses, já que tivemos que entrar em contato com alguns policiais e obedecer ao tempo de serviço e descanso destes. Ao passo que estávamos produzindo os dados, fizemos observações livres, ou seja, de forma prática, fomos até o Batalhão em questão e fizemos conversas informais não gravadas e tivemos a oportunidade de observar, em alguns momentos, o trato verbal dos policiais para com a população geral. Todavia, frisamos que esta observação faz parte do processo qualitativo da pesquisa e não se foi tabulada ou gravada por questão de falta de tempo e meios para tais ações (a rotina militar é muito dinâmica, então as observações eram muito rápidas e não poderiam ser registradas formalmente por causa da ética militar). Após todo este percurso conseguimos tabular os dados e tornar viável a escrita dos resultados desta pesquisa.

### **2.3.3 A validação da pesquisa no Comitê de Ética**

A pesquisa em questão passou pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Unilab para que todos os procedimentos metodológicos e documentos fossem alinhados de acordo com o que a Instituição de Ensino Superior preconiza. Sendo assim, com seu registro firmado no dia 07 de junho de 2024, ela foi submetida ao Comitê e só teve a aprovação no dia 18 de novembro de 2024, após correções solicitadas pelo setor.

A fim de estabelecer normatização da pesquisa e, para preservar a identidade dos sujeitos participantes, para Severino (2013, p. 77), normatizar uma pesquisa significa que:

[...] toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho.

Em face destas informações, foram elaborados diversos documentos que foram padronizados e oferecidos ao orientador desta pesquisa, bem como ao Programa de Mestrado em Linguagens para apreciação, assinatura e julgamento. Todos esses documentos fundamentam a técnica, a organização e a formação de critérios para a produção de dados.

Ratificando a autenticidade da pesquisa pelo CEP, o parecer consubstanciado está registrado sob o número 7.231.381 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE

n° 82438024.4.0000.5576, validando e respaldando esta pesquisa para todos os fins decorrentes dela, bem como todos os documentos devidamente protocolados e aceitos após parecer.

### 3 PERSPECTIVA DO EDUCADOR SOCIAL NA FORMAÇÃO PARA O TRÂNSITO À LUZ DO INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO - ISD

Sou um agente fiscalizador, não tenho perfil educador, o cumprimento do meu dever (autuar, recolher, conduzir a delegacia...) já é um alerta para o condutor se educar. Não tenho perfil didático para orientar.

(Agente A, 2025)<sup>16</sup>

Esta seção tem como objetivo apresentar as bases teóricas que sustentam a escolha pelo Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) como referencial desta pesquisa. Por meio de uma abordagem integrada e funcional da linguagem, o ISD permite compreender o papel da linguagem como ação social situada, essencial na construção do sujeito e na mediação das relações humanas e no desenvolvimento humano. A partir dos estudos de Jean-Paul Bronckart e de autores como Vygotsky, Voloshnov, Habermas e Clot<sup>17</sup>, discutem-se os conceitos de agir linguageiro e verbalização como práticas fundamentais para a análise das interações dos agentes de trânsito em contextos educativos, bem como com o objetivo de ações educativas. Assim, o capítulo oferece os fundamentos necessários para entender como o uso da linguagem, nas suas múltiplas dimensões, contribui para a atuação do agente enquanto educador social no trânsito.

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ISD

Os estudos sobre linguagem são amplamente desenvolvidos por diversos pesquisadores e assim são, pois, a linguagem é dinâmica e aberta a significações. O Interacionismo Sociodiscursivo – ISD faz parte de uma grande área de estudo denominada Linguística Aplicada, esta que tem como principal objetivo estudar a língua em seu contexto de interação, ou seja, nas práticas sociais e atividades de linguagem. Entretanto, não é sobre propriamente sobre a LP que esse estudo quer se amparar e sim sobre como a linguagem se desenvolve na interação e isso só poderíamos encontrar no ISD a partir de Jean-Paul Bronckart (2012).

Essa corrente de estudo surge a partir dos ideais do desenvolvimento humano de Vygotsky e, em se tratando de linguagem, Bakhtin é aclamado pelos ideais interacionistas. Esta Ciência do Humano integrada e funcionalista é, até certo ponto, recente, já que é a partir da

<sup>16</sup> Resposta literal do Militar (Agente A) ao formulário da pesquisa.

<sup>17</sup> Não irei utilizar esses autores na constituição desta seção, porém, como medida contextualista, os avoqueei para melhor entendimento do texto. Nesse enfoque, apenas utilizei Bronckart.

década de 1980, após estudos de Schneuwly, Bain, Dolz, Plazaola e Bronckart – este último sendo considerado precursor do ISD, como está conhecido atualmente.

De acordo com Guimarães, Machado e Coutinho (2007), no Brasil, esta ciência linguística surge por volta de 2001, quando pesquisadores do grupo da Unidade de Didáticas das Línguas, em São Paulo, discutem a linguagem em situações de trabalho no contexto da educação e por isso, o primeiro livro no Brasil que versa sobre o ISD tem por título “Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano” que fora lançado em 2006.

Neste enfoque, considerando o que foi dito, uma indagação fica: “em termos práticos, a que o ISD se dedica? Para tal resposta, Bronckart (2007), no livro: “O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas”, organizado por Guimarães, Machado e Coutinho (2007), afirma que o ISD vive uma dualidade teórica, que é pautada em duas vertentes, as quais podemos denominar como estrutural e psicológica. Sobre as duas vertentes, Guimarães, Machado e Coutinho (2007), afirmam que o ISD propõe um estudo mais ordenado da estrutura linguística, permeando o funcionamento da linguagem, tecendo posicionamentos sobre o uso da linguagem em contextos empíricos e languageiros, colocando a linguagem em modelos categóricos. Ainda, para o autor, por outro lado, o ISD intenta analisar a gnosiologia e a praxiologia dos comportamentos humanos, isto é entender como o ser humano aprende com o meio em que vive e com ele se adapta a este meio de modo a se comportar e agir de modo individual. Ou seja,

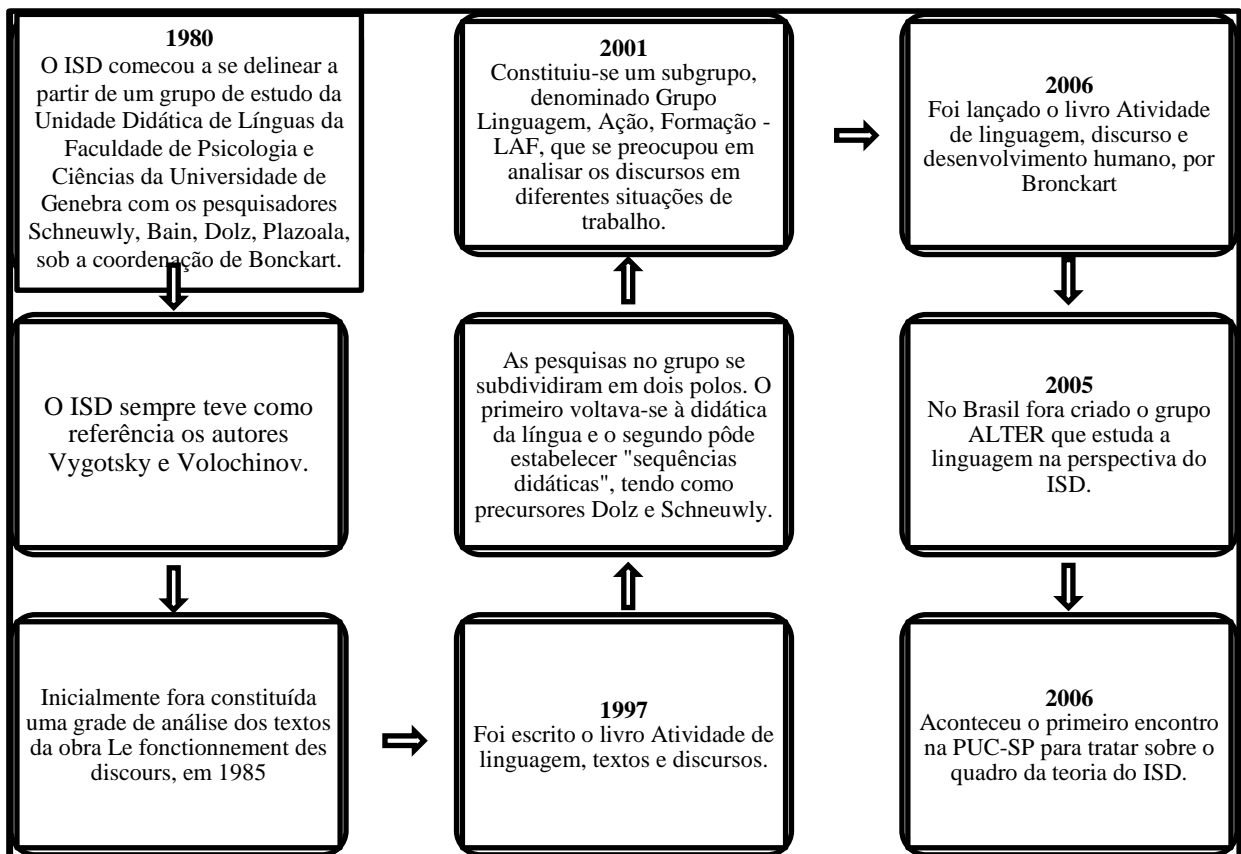
O ISD visa, portanto, a demonstrar esse papel central da linguagem no conjunto dos aspectos do desenvolvimento humano e, portanto, o seu papel central nas orientações explicitamente dadas para esse desenvolvimento pelas mediações educativas e/ou formativas. Portanto, temos um projeto que vai além da lingüística e que é de uma ciência integrada do humano, centrada na dinâmica formadora das práticas de linguagem. (Guimarães; Machado; Coutinho, 2007, p. 20)

O “ir além das premissas meramente teóricas da Linguística” é uma característica marcante do ISD, considerando que as interações contemplam diversas facetas, como por exemplo: a cultura de determinado grupo de interação. Neste sentido, o ISD compreende os contextos dos agires dentro de um macro contexto de interação que considera o empirismo como forma de manifestação linguística de maneira real e prática. Bronckart (2007, p. 22) no livro supracitado elenca como principal indagação para questões em linguagem que nunca foram tratadas nas ciências, uma única pergunta, que diz: “Qual é o tipo de relação entre a atividade de linguagem (como práxis que se manifesta em gêneros de textos e em tipos de discurso) e as línguas e/ou A LÍNGUA (como sistemas de signos)?” É justamente sobre esse

questionamento que o ISD tem se pautado para descrever as atividades interacionistas em linguagem.

Neste sentido, para melhor elucidar algumas questões que envolvem a fundação e o campo de estudo do ISD, elaboramos um esquema básico que compreende grande parte e situa o leitor sobre essa grande área, como segue abaixo no quadro 3:

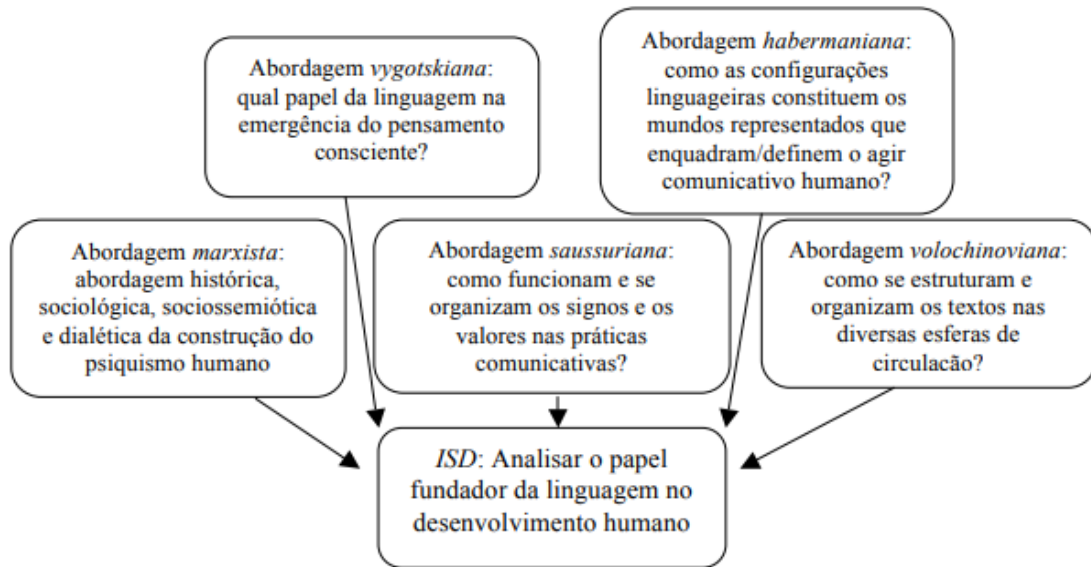
**Quadro 3** - Esquema de desenvolvimento ISD



Fonte: elaborado pelo autor, baseado no livro "O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas" (2007).

O esquema acima serve para que o leitor entenda que o Interacionismo Sociodiscursivo é um eixo da Linguística Aplicada que se dedica principalmente às interações em linguagem e em como essas interações estão inteiramente ligadas ao desenvolvimento humano, que é definido nas perspectivas da língua, da atividade social, do psicológico e do textual/discursivo. O ISD tem base nos estudos de grandes teóricos da Linguística, da Filosofia e da Psicologia. Silva (2015) traz um esquema bem interessante que define as abordagens e fundamentos do ISD, como segue abaixo na figura 3:

**Figura 3** - Esquema síntese dos fundamentos do ISD



Fonte: Silva (2015).

O quadro apresentado sintetiza as principais bases teóricas que fundamentam o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), evidenciando como essa abordagem se constrói a partir da integração de diferentes perspectivas sobre a linguagem e o sujeito.

Ao centro, está o objetivo central do ISD: analisar o papel fundador da linguagem no desenvolvimento humano. Isso significa compreender a linguagem não apenas como meio de comunicação, mas como instrumento essencial na constituição do pensamento e na interação, das relações sociais e da identidade dos sujeitos.

Cada abordagem teórica ao redor do ISD contribui com uma pergunta orientadora e uma perspectiva específica:

- A abordagem vygotkiana questiona o papel da linguagem na emergência do pensamento consciente, destacando o caráter mediador da linguagem nas funções psicológicas superiores.
- A abordagem marxista traz uma visão histórico-social e dialética da constituição do psiquismo humano, considerando os fatores econômicos, sociais e ideológicos que influenciam a linguagem e o sujeito.
- A abordagem saussuriana foca na organização dos signos e seus valores nas práticas comunicativas, contribuindo para a compreensão da estrutura interna da linguagem.
- A abordagem habermasiana investiga como as configurações linguageiras moldam os mundos representados, influenciando diretamente o agir comunicativo dos sujeitos.

- A abordagem volochinoviana trata da organização e circulação dos textos nas diversas esferas sociais, ressaltando o papel ideológico e dialógico da linguagem.

Esse quadro, portanto, revela a natureza interdisciplinar e multifacetada do ISD, que se apoia em diferentes tradições teóricas para compreender a linguagem como prática social e atividade humana essencial. Ele evidencia como o ISD articula elementos linguísticos, sociais, históricos e psicológicos para analisar o agir languageiro em sua complexidade.

### 3.2 O AGIR LANGUAGEIRO NO ISD

Dentro do Interacionismo Sociodiscursivo, Jean-Paul Bronckart propõe uma maneira de entender a linguagem que vai além do simples ato de passar informações. A linguagem é vista como um instrumento de desenvolvimento social interativo e, e a ideia principal dessa visão é o agir languageiro. Segundo o autor, "as pessoas atuam no mundo e sobre as outras através da sua atividade de linguagem" (Bronckart, 2006, p. 105), e essa atividade é o ponto inicial para entender como o discurso funciona nas práticas sociais. Para Oliveira (2016, p. 60):

O agir de linguagem representa a verbalização entre os sujeitos, também entendido a partir de dois ângulos distintos: no primeiro, a realização das atividades coletivas e suas estruturas de colaboração, por exemplo. Essa estrutura organiza os turnos de fala entre os sujeitos no ambiente de interação e cooperação; no segundo, há a ação geral; diante das interações há a relação entre vários sujeitos em um determinado espaço social.

A concepção de Oliveira (2016) mostra que a linguagem é ação, pois ela estrutura a convivência e as práticas sociais. É por meio dela que se constroem acordos, se compartilham experiências e se transformam realidades. Nesse sentido, o agir languageiro do educador social agente de trânsito (foco da nossa pesquisa) se manifesta justamente nessa mediação verbal e relacional, pois é através da linguagem que ele cria vínculos, escuta ativamente, promove o diálogo e possibilita o desenvolvimento coletivo dos sujeitos com os quais atua.

O agir languageiro é compreendido como o uso da linguagem em situações reais, guiado por objetivos de comunicação e moldado pelas condições da sociedade. Não se trata só de criar textos, mas de agir por meio deles. Como afirma Bronckart (2006, p. 107), "todo texto é resultado de um agir languageiro feito por alguém em uma situação específica". Assim, cada texto produzido é o resultado do uso de recursos da linguagem e do discurso para responder a uma necessidade da interação social.

Para o autor, "o agir languageiro é a forma mais básica de atividade dos seres humanos" (Bronckart, 2006, p. 109), e é por meio dele que as pessoas constroem, negociam e mudam as realidades sociais. Essa ideia é contra a visão da linguagem como um código isolado, defendendo que ela deve ser vista como uma prática que acontece em um lugar e tempo específicos. Bronckart enfatiza que as pessoas não só falam ou escrevem, mas agem através da linguagem, já que toda fala ou escrita ocorre em situações concretas e serve a propósitos determinados.

Essa visão está ligada ao princípio de que as pessoas constroem significados em situações específicas, com base nas suas experiências sociais e no seu papel nas práticas discursivas. O agir languageiro, portanto, "não é só a forma de mostrar habilidades de linguagem individuais, mas também a forma de expressar ações sociais que acontecem em um lugar específico" (Bronckart, 2006, p. 110). Isso quer dizer que a linguagem é sempre um fazer, um agir com intenção, controlado pelas regras e tipos de textos de cada área da sociedade.

Além disso, o agir languageiro está ligado aos tipos de texto, pois é por meio deles que as pessoas entram em práticas sociais e cumprem certas funções de comunicação. Bronckart (2006, p. 121) destaca que: "os textos são os resultados estáveis das atividades de linguagem, ou seja, as formas concretas que os agires languageiros assumem". O autor ainda reforça que: "os textos nunca são neutros ou universais, eles são marcados pelas intenções de quem os escreve e pelas exigências dos tipos de textos que os controlam" (Bronckart, 2006, p. 127).

Outro ponto importante é que o agir languageiro não se limita à linguagem falada, mas também inclui aspectos da mente, dos sentimentos e da sociedade na ação humana. Bronckart (2006) afirma: "A atividade de linguagem deve ser entendida como uma forma de agir que usa símbolos, que envolve tanto aspectos da linguagem quanto aspectos psicológicos e sociais" (p. 130).

Entender o ato de usar a língua implica examinar de que maneira as pessoas empregam a linguagem para efetuar ações dentro de um contexto, manifestar suas crenças, definir suas opiniões e construir a si mesmas enquanto membros de práticas sociais particulares. Dentro da perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo, a linguagem é consistentemente uma forma de intervir no mundo, e não um sistema separado da vivência humana.

Assim, as práticas interativas verbais não são meras demonstrações casuais ou espontâneas da fala, mas maneiras sistemáticas e direcionadas de agir. Elas respeitam padrões de estilos de discurso específicos (a exemplo do debate, da apresentação, do diálogo, da orientação verbal), que afetam a estrutura e o conteúdo do que é expresso. Conforme salienta Bronckart (2006, p. 121), "os textos representam os resultados consolidados das atividades de

linguagem, isto é, as configurações concretas adotadas pelas ações de linguagem”, sendo os textos falados igualmente organizados por fatores como o tipo de discurso, as técnicas de construção textual e as perspectivas sociais.

Adicionalmente, nas situações de fala, o ato de usar a língua torna-se mais visível, já que envolve a presença real dos participantes da conversa, a troca de falas, as respostas instantâneas, a modulação da voz e os movimentos corporais. Tais elementos compõem a ação simbólica realizada através da linguagem. Bronckart (2006, p. 130) enfatiza essa faceta ao declarar que “a atividade da linguagem deve ser vista como um modo de ação simbólica, que engloba tanto aspectos linguísticos quanto psicossociais”.

Em suma, a ação de linguagem nas interações orais é um meio de participação dinâmica na vida da sociedade. Ao se comunicarem, as pessoas não só dividem dados, como também criam significados, estabelecem seus pontos de vista, formam laços e modificam o mundo ao seu redor. O estudo dessas práticas possibilita compreender como a linguagem falada funciona como instrumento de ação, manifestação e mudança no dia a dia.

### 3.3 A ATIVIDADE DA LINGUAGEM: SOBRE A VERBALIZAÇÃO

Uma perspectiva importante e praxiológica no trato com a linguagem interativa é a verbalização. Esta modalidade de agir se alinha ao agir languageiro proposto por Bronckart (2006), amparados por uma Análise Conversacional e na Análise Crítica do Discurso. O psicólogo Yves Clot, em seu livro “Trabalho e poder de agir” (2010) destaca a importância da troca verbal no ambiente das relações de linguagem. De acordo com o autor:

Saindo do quadro exclusivo traçado pela análise dos fatos e estados de língua para se interessarem pelos processos e “funcionamentos” de linguagem, esses estudos têm evoluído consideravelmente. A frase como unidade de análise cedeu o lugar ao discurso, à conversação e à interação; nem por isso, é certo que tenham sido plenamente avaliadas todas as dimensões compreendidas na “troca verbal”. (Clot, 2010, p. 131)

Deste modo, o tratamento da linguagem como ação social e instrumento de realização da atividade humana é mostrar como o ato de verbalizar não é apenas colocar pensamentos em palavras, mas agir por meio da linguagem, em contextos concretos e com finalidades específicas.

A verbalização, nesse sentido, está diretamente ligada à noção de agir languageiro defendida por Bronckart (2006): toda produção de linguagem é uma forma de atuação no

mundo. Assim, quando alguém verbaliza algo, está mobilizando conhecimentos, intenções, posicionamentos sociais e ideológicos, construindo sentidos em uma interação.

No ISD, esse processo é sempre situado, ou seja, a linguagem só pode ser compreendida a partir da atividade em que ela ocorre, dos papéis dos sujeitos envolvidos e das condições sociais, históricas e institucionais da situação interativa. Portanto, falar sobre a atividade da linguagem e a verbalização é refletir sobre como usamos a linguagem para agir, interagir, produzir significados e nos constituir como sujeitos sociais.

A verbalização deve ser dialógica e contextualizada para que surta o efetivo efeito pretendido, principalmente nas relações de trabalho, conforme destaca Clot (2010, p. 133) “o diálogo e a ordem dialógica é que oferecem o cenário em que os sujeitos encontram a si mesmos e os outros, assim como se defrontam com suas histórias, contextos ambientais e circunstâncias.”. Desta forma, na verbalização do discurso, no âmbito das relações de trabalho geralmente é entendida como um confronto de narrativas.

A situação da nossa pesquisa está pautada principalmente no que tange a este aspecto de “encontro de si mesmo” destacado por Clot (2010). A autorreflexão sobre sua prática linguageira na verbalização do discurso de um tema da Educação Social (Educação para o Trânsito) poderá trazer à tona confrontantes ao agente de trânsito policial militar sobre a efetividade de seu agir e de sua *práxis* enquanto educador social.

### 3.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE NO ISD

Conforme estabelecido nas seções “Procedimentos de análise da pesquisa” e “Local e os participantes da pesquisa”, nesta subseção trataremos de conceituar as categorias de análise utilizadas para realizar a parte prática que segue na próxima seção. Vale ressaltar aqui que apesar de tratarmos intrinsecamente da verbalização, o produto da nossa pesquisa é justamente as vozes materializadas em texto, sob uma perspectiva de autoanálise das práticas linguageiras dos policiais militares que participaram desta pesquisa.

Ou seja: a pesquisa intenta destacar que a interação verbal/educativa entre o militar/educador e o cidadão/transeunte pode ser falha a partir da resposta (texto/voz) do próprio militar/educador em uma autoanálise deste último, considerando alguns entraves em seu processo de formação educacional correlacionadas a sua formação militar institucional.

Sabendo dos pontos acima mencionados, com relação à categoria Contexto de Produção, entendemos a partir do que diz Bronckart (2012, p. 93) que é justamente o fator que influencia o agente a organizar seu texto da forma como está vista, como conceitua o supracitado autor:

“O contexto de produção pode ser definido como o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado”.

O autor divide a categoria de análise Contexto de Produção em dois planos: o primeiro, em um contexto físico (material), já o segundo, em um contexto social (ético, epistêmico etc.). No primeiro plano, há uma separação feita por Bronckart (2012, p. 93) em parâmetros da seguinte forma:

O lugar de produção: o lugar físico em que o texto é produzido;  
 O momento de produção: a extensão do tempo durante a qual o texto é produzido;  
 O emissor (ou produtor, ou locutor): a pessoa (ou a máquina) que produz fisicamente o texto, podendo essa produção ser efetuada na modalidade oral ou escrita;  
 O receptor: a (ou as) pessoa(s) que pode(m) perceber (ou receber) concretamente o texto. (Bronckart, 2012, p. 93)

Os parâmetros acima colocados pelo autor definem uma relação textual categorizada que compreende as relações interacionais que tem como produto um ou mais comportamentos verbais concretos. Deste modo, utilizando-nos dos referidos conceitos, consideramos organizar os parâmetros entre a relação textual da prática em nossa pesquisa, como destacamos abaixo, na tabela 3:

**Tabela 3** - Parâmetros dos contextos de produção materializados na pesquisa

O lugar de produção das respostas para o questionário da pesquisa:	Batalhão de Policiamento de Trânsito ou a residência dos militares.
O momento de produção:	Indeterminado.
O emissor:	Os policiais militares/agentes de trânsito/educadores sociais.
O receptor:	Os leitores do texto desta pesquisa.

Fonte: elaborado pelo autor.

A tabela acima destaca o processo de constituição do texto da pesquisa em si, entretanto no caso do momento em que o militar está verbalizando as pautas educativas para os transeuntes, estes parâmetros mudam, como revela a tabela 4, abaixo:

**Tabela 4** - Parâmetros dos contextos de produção materializados em situação empírica

O lugar de produção:	A rua (blitz etc.) ou um ambiente exclusivo para Educação para o Trânsito.
O momento de produção:	Geralmente em uma situação de abordagem policial de trânsito.
O emissor:	Os policiais militares/agentes de trânsito/educadores sociais.
O receptor:	Os transeuntes.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na tabela 4, os parâmetros mudam, e isso mostra a relatividade a qual um texto poderá estar submetido. Percebemos que nesta tabela (Tabela 4) a constituição do texto passa a ser oral e sobre isso Bronckart (2012, p. 93) afirma que: “Quando a produção é oral, o receptor está geralmente situado no mesmo espaço-tempo do emissor e, assim, pode responder-lhe diretamente; podendo, nesse caso, ser também chamado de coprodutor ou de interlocutor.”. Entretanto, o que se percebe no senso comum é que não há essa interação por parte do produtor (policial) e do coprodutor (transeunte) no momento da enunciação da matéria Educação para o Trânsito.

O segundo e último plano destacado por Bronckart (2012) é o plano da interação comunicativa na perspectiva do mundo social e do mundo subjetivo, como salienta o autor. Ou seja, no modo como a pessoa entende e age no mundo social. O autor também subdivide em quatro parâmetros, a citar:

O lugar social: no quadro de qual formação social, de qual instituição ou, de forma mais geral, em que modo de interação o texto é produzido: escola, família, mídia, exército, interação comercial, interação informal, etc.

A posição social do emissor (que lhe dá seu estatuto de enunciador): qual é o papel social que o emissor desempenha na interação em curso: papel de professor, de pai, de cliente, de superior hierárquico, de amigo, etc.?

A posição social do receptor (que lhe dá seu estatuto de destinatário): qual é o papel social atribuído ao receptor do texto: papel de aluno, de criança, de colega, de subordinado, de amigo, etc.?

O objetivo (ou os objetivos) da interação: qual é, do ponto de vista do enunciador, o efeito (ou os efeitos) que o texto pode produzir no destinatário? (Bronckart, 2012, p. 94)

Os parâmetros acima definem a relação interativa social que produz os textos de modo a considerar fatores que não estão visíveis a “olho nu” e que são considerados imprevisíveis e que podem gerar quebras de tabus e de preconceitos, já que são postos em “jogo” valores e preceitos morais que são definidos desde o momento da formação do indivíduo social. Desta forma, no momento da interação verbal, tudo pode acontecer e a construção textual pode ser

amplamente limitada ou amplamente ilimitada, de acordo com afinidades entre o emissor e o receptor considerando o lugar social e o objetivo desta interação.

Neste sentido, fazendo uma correlação com o contexto de estudo desta pesquisa, propomos a tabela 5, abaixo:

**Tabela 5** - Parâmetros dos contextos de produção materializados: o plano da interação comunicativa

O lugar social:	Interação interventiva estatal: contexto da Educação para o Trânsito.
A posição social do emissor (que lhe dá seu estatuto de enunciador):	Um policial militar investido na função de agente de trânsito com capacidade de ser educador social para o trânsito.
A posição social do receptor (que lhe dá seu estatuto de destinatário):	Um condutor de veículos automotores ou um transeunte que não entende ou entende pouco sobre as boas práticas para um trânsito melhor.
O objetivo (ou os objetivos) da interação:	Ensinar uma disciplina que foi negligenciada no contexto escolar e que hoje, essa falta, gera diversos problemas para a boa convivência social.

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir de Bronckart (2012).

Observa-se, portanto, que os parâmetros expostos na tabela 5 (cinco) evidenciam como o lugar social e as posições ocupadas por emissor e receptor determinam o modo de construção dos sentidos no processo interativo. No contexto da Educação para o Trânsito, o discurso do policial militar assume um caráter formativo e interventivo, buscando promover mudanças de comportamento e conscientização social. Assim, a interação ultrapassa a simples transmissão de informações, configurando-se como uma prática discursiva voltada à cidadania e à responsabilidade coletiva.

A tabela apresentada evidencia, de forma clara, como os parâmetros do contexto de produção interferem diretamente na constituição do discurso e na intenção interativa do texto. Ao relacionar o lugar social, as posições do emissor e do receptor e os objetivos da interação, observa-se que a prática discursiva no contexto da Educação para o Trânsito é marcada por uma relação assimétrica, em que o policial militar assume uma posição de autoridade e mediação educativa, enquanto o condutor ou transeunte representa o sujeito que necessita de orientação e conscientização. Essa estrutura interativa reflete não apenas papéis sociais instituídos, mas também a construção de sentidos orientada para a formação cidadã e o cumprimento das normas sociais.

Dessa forma, compreende-se que a materialidade textual não se limita à função informativa, mas carrega marcas de intencionalidade, persuasão e ensino. Essa dinâmica discursiva abre espaço para a conceituação da Categoria de Análise Vozes presentes nos textos,

que revelam diferentes perspectivas, posicionamentos e graus de envolvimento dos sujeitos no ato interativo, sendo o próximo ponto a ser abordado nesta pesquisa.

Dentre as categorias, as vozes, são definidas, nesta pesquisa, de acordo com Bronckart (2012) como:

[...] as entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado. Na maioria dos casos, é a instância geral de enunciação que assume diretamente a responsabilidade do dizer. Essa voz, que se poderia chamar de neutra, é, portanto, conforme o tipo de discurso, ou a do narrador ou a do expositor [...]. (Bronckart, 2012, p. 326)

O autor destaca, ainda, alguns tipos de vozes, a exemplo das vozes de personagens, das vozes sociais e das vozes do autor. Neste caso, nossa pesquisa concentra-se no estudo das vozes do autor, que são as respostas em texto que os agentes de trânsito puderam fornecer através do questionário referenciado na seção de metodologia dessa pesquisa e que será contemplado na seção de análise dessa pesquisa.

De modo prático, Bronckart (2012, p. 327) conceitua a voz do autor como sendo “a voz que procede diretamente da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém, como tal, para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado”. Ainda, Bronckart (2012) oferece para as vozes uma outra categorização sugerida por Genette (1969), que são as vozes diretas e indiretas, as diretas são os turnos de fala, ou seja: o dito, o dialogado; já as indiretas carecem de sentidos e comprovações, ou seja: o não dito, o não comprovado.

Dessa forma, os mecanismos discursivos (as vozes), propostos por Bronckart (2012) permitem compreender de que maneira o sujeito se posiciona no texto e como expressa suas intenções, valores e perspectivas diante do tema abordado. No caso desta pesquisa, a análise das vozes do autor possibilita identificar o modo como os agentes de trânsito constroem seus discursos, revelando não apenas informações objetivas sobre o trânsito, mas também suas percepções, experiências e julgamentos sobre a realidade social em que atuam. Assim, o estudo dessas vozes contribui para reconhecer a dimensão subjetiva e avaliativa presente nas produções textuais, evidenciando o papel ativo do enunciador na formação de sentidos e na orientação argumentativa dos textos, como veremos na seção de análise dessa pesquisa.

## 4 EDUCAÇÃO SOCIAL: UMA PRÁTICA DE ENSINO NÃO TÃO PRESENTE NAS ESCOLAS

Acredito que a educação para o trânsito necessita estar cada vez mais presente e atuante na sociedade. Cada vez mais percebemos condutores cometendo infrações de trânsito e ocasionando sinistros que poderiam ser totalmente evitados. Por este motivo, ações de educação para o trânsito no sentido de orientar esses condutores a ter boas práticas no trânsito bem como conscientizá-los das possíveis consequências que podem ocorrer se persistirem no erro.

(Agente E, 2025)<sup>18</sup>

Esta seção propõe uma reflexão sobre a limitação de alguns temas no espaço escolar e destaca a importância de contextos extraescolares sociais mais amplos, como o trânsito. Pretendemos argumentar que a educação não se restringe à escola, mas também acontece em ambientes como a rua, em que o Estado seleciona agentes como policiais de trânsito para assumirem a função de educador social. No entanto, surgem questionamentos sobre a preparação desses profissionais para exercer tal papel de forma eficiente e interacional. A partir de observações empíricas, a construção abaixo defende a importância de investigar como esses agentes interagem com os cidadãos e se suas práticas interacionais realmente contribuem para a educação no trânsito.

### 4.1 PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO DA SALA DE AULA

Falar sobre educação em contextos que fogem à escola é algo desafiador, visto que torna-se uma tarefa difícil para quem pesquisa, pois é algo heterogêneo e marcado por diversas facetas de observação. A Educação Social torna-se um dos ramos da educação fora da escola, já que existem outras formas de se entender educação fora da escola, como por exemplo a Educação Familiar, Cívica, Religiosa, Moral etc.

A Educação Social, também chamada de Educação não formal e de Pedagogia Social<sup>19</sup> é também mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, de 1996, ao destacar em seu artigo 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (Brasil, 1996).

<sup>18</sup> Resposta literal do Militar (Agente E) ao formulário da pesquisa.

<sup>19</sup> Para ficar mais claro em nosso texto, optamos por chamar a Pedagogia Social, Educação não formal e Educação Social apenas por este último termo - Educação Social -, entretanto entendemos que são termos que versam sobre o mesmo objeto: a educação fora da escola.

O autor espanhol José María Quintana Cabanas (1984; 1987, p. 13) citado por Antonio Juan Petrus Rotger<sup>20</sup> (1997, p. 45) afirma que [...] *todo lo que es educación, pero fuera de la familia y de la escuela. La pedagogía social se refiere al concepto de la tarea educativa social y estatal, entanto que se realiza fuera de la escuela.*,. (Quintana<sup>21</sup>, 1984, p. 13).

Tanto o que preconiza a LDBEN (1996) quanto o que Quintana (1984) afirmam revela a peculiaridade da Educação Social, que se consolida quanto ao seu caráter extra-escolar. Esta concepção se dá pelo fato de a instituição escolar não conseguir abarcar todos os temas possíveis para que um determinado indivíduo possa formar-se enquanto cidadão.

Rosner (1973, p. 156) também citado por Petrus (1997, p. 54) conceitua a Pedagogia Social como “[...] el sistema de teorías científicas, tecnologías y teorías tecnológicas sobre fenómenos o clases de fenómenos que responden al concepto de educación terciaria”. Esta conceituação se alinha com o tema de pesquisa desta dissertação, quando se entende que a Educação para o Trânsito é uma temática terciária à escola.

O supracitado autor revela o quanto a P.S (Pedagogia Social/Educação Social) é terciária às relações formais de ensino. Outrossim, pensar a educação fora da escola ou dos campos educacionais formais é pensar de maneira teleológica o que é empírico e o que está longe dos olhos dos pesquisadores, mas que constitui algo extremamente importante para a sociedade.

Deste modo, o que entendemos é que a educação não pode acabar quando o cidadão conclui as etapas da educação básica e/ou educação superior, mas que existe uma outra dimensão dinâmica que abrange aspectos sociais e empíricos que estão em dois tempos: 1 - no pós-escola: quando o aluno conclui todas as etapas da educação formal e exerce suas práticas laborais; 2 - no momento paralelo com a escola: quando o aluno ainda estuda e se depara com situações que fogem aspectos escolares, mas que são necessárias para sua inserção na sociedade.

Nestes dois momentos a Educação Social está em dinamismo, mudando o tempo todo, pois o que hoje é considerado um conhecimento importante para a convivência em sociedade, amanhã pode não ser e outro conhecimento pode substituir o anterior. Trazemos aqui o simples exemplo: a educação tecnológica, sobretudo nos aspectos que envolvem os conhecimentos voltados a manipulação de computadores, nas décadas de 2000 a 2010 algo extremamente necessária para, inclusive, que um cidadão conseguisse ingressar no mercado de trabalho,

---

<sup>20</sup> Professor Doutor da Universidade Central de Barcelona - Espanha, que estuda a Teoria e História da Educação. Este autor tem diversos livros e artigos publicados que versam sobre a educação/pedagogia social.

<sup>21</sup> Está referenciado assim, pois o próprio autor assim formata a citação. Após pesquisas, percebemos que é um padrão espanhol referenciar os autores utilizando seu penúltimo e/ou último sobrenome.

todavia, atualmente (2025) essa modalidade de educação ainda se constitui importante, porém a finalidade está no uso dos smartphones.

Sendo assim, o dinamismo da Educação Social é ressaltado por Petrus (1997, p. 60) quando o autor afirma que:

*Entiendo por P.S. el campo de conocimiento teórico y práctica educativa que tiene por objetivo la mejora de determinadas personas y grupos viviendo en situaciones específicas caracterizadas éstas como de extraescolaridad, marginación ... y demandando ayuda y asesoramiento en los procesos de prevención, promoción o reinserción que sus protagonistas, en cada caso, reclamen.*

Este dinamismo, de acordo com o autor, está intimamente ligado com a evolução da ciência e com a intenção educativa evocada pelas relações sociais. Deste modo, a Educação Social se firma nos espaços em que a Escola não está. Ademais, a ausência da instituição Escola na vida do cidadão, muitas vezes, se constitui por dois motivos: 1º falta de políticas públicas que façam com que a educação escolar seja continuada; 2º falta de diretrizes que salientem situações extraescolares (como é o caso da Educação para o Trânsito).

Desta forma, a Educação Social compreende os aspectos extraescolares formativos, que para Freire (2006, p. 45) tem a função de “[...] permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...]”. Ou seja, a Educação Social preocupa-se, principalmente, por temas que são essenciais ao ser social, mas que, por vezes, são negligenciados pela escola.

#### 4.2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL: BASES E CONCEPÇÕES

Assim como toda ciência, a Educação Social também admite concepções e contraposições. Estas, no caso da teoria aqui desenvolvida, são constituídas de um aglomerado de estudos, que são desenvolvidos desde muito tempo, mas que já passou por diversas reformulações, o que demonstra que o estudo da Educação Social é dinâmico e tem como parâmetro a evolução das relações e interações sociais. Sobre isso, Petrus (1997, p. 51) afirma que:

*La educación social se concibe así como un proceso de interacción entre personas que libremente deciden llevar a cabo, de modo consensuado, sus respectivas intencionalidades. Es, por tanto, una construcción libre en la medida en que la libertad es la condición básica de la educación que se desarrolla implícitamente dentro de un grupo humano, en una comunidad.*

O supracitado autor destaca uma característica fundamental da Educação Social: seu caráter interativo, participativo e dialógico. Ao afirmar que se trata de um processo entre pessoas que livremente decidem compartilhar suas intencionalidades, o autor reforça que a Educação Social não é imposta, mas se constrói coletivamente, a partir da interação entre os envolvidos.

Esse entendimento se alinha com abordagens pedagógicas críticas e emancipadoras, como as de Paulo Freire, ao valorizar a liberdade como condição essencial para que o processo educativo ocorra de forma integral. A educação, nesse contexto, deixa de ser um ato unidirecional e passa a ser uma prática transformadora, construída em comunidade e sustentada por relações de interação horizontais. Ainda, sobre a interação, Petrus (1997, p. 62) afirma que:

*De ahí que siga apostando por métodos que recojan la base social sobre la que deben construirse las teorías en P.S.; es decir, métodos interactivos y participativos acordes con la naturaleza de los grupos humanos que viven en sociedad, y a quienes debe remitir el conocimiento que se ha obtenido de investigar sobre o con ellos.*

A citação de Petrus (1997, p. 62) destaca a importância de os Educadores Sociais usarem métodos que realmente considerem a realidade social das pessoas que estão em processo de aprendizagem. Ele defende que é preciso ouvir, dialogar e construir o conhecimento junto com os sujeitos, respeitando suas vivências e contextos. Essa ideia dialoga muito com a proposta do Interacionismo Sociodiscursivo, especialmente no que diz respeito ao funcionamento da linguagem nas ações languageiras dos falantes.

O ISD, como ciência humana, acredita que o ser humano constrói sentidos por meio da linguagem, nas interações do dia a dia. Ou seja, não aprendemos e nos transformamos sozinhos, mas no contato com o outro, em situações reais de vida. Assim como a Educação Social, o ISD valoriza o envolvimento das pessoas no processo de construção do conhecimento, entendendo que a linguagem é mais do que um meio de interação – é uma forma de agir no mundo.

Sobre a questão acima, Bronckart (2008, p. 114) destaca que dois dos conjuntos de processos de desenvolvimento de grupos humanos no que tange à linguagem acontece na educação informal e na transação social, como expõe o autor:

- a) Os processos de educação informal, por meio dos quais os adultos integram os recém-chegados ao grupo nas redes dos pré-construídos coletivos, desenvolvendo atividades conjuntas (ver Bruner 1993) e introduzindo aspectos das normas e dos valores sociais e aspectos dos conhecimentos dos mundos formais, quando lhes fornecem comentários verbais sobre essas atividades. [...]
- c) Os processos de transação social (conferir capítulo 1, 2.4), que se desenvolvem nas interações cotidianas entre pessoas já dotadas de pensamento consciente, na forma de avaliações (geralmente languageiras) recíprocas, contribuindo para a manutenção das

interações mesmo com a existência de situações conflituosas e para a redefinição das situações que podem fazer evoluir as práticas e os conhecimentos de cada indivíduo a respeito dos pré-construídos coletivos.

Os dois conjuntos citados acima enfatizam a relevância dessa pesquisa e demonstram o quanto a Educação Social e o agir languageiro estão intimamente relacionadas, pois a forma de educação não formal ou transacional pauta-se principalmente pela verbalização que o modo como o agir languageiro acontece.

Quando Petrus (1997) defende métodos interativos e participativos, ele está, na prática, falando sobre escuta, troca e construção coletiva, que são princípios centrais do ISD. Para explicar estas interações o ISD levanta dois termos relevantes: a praxiologia e a gnosiologia, que para Guimarães, Machado e Coutinho (2007, p. 19-20) são termos que reafirmam que o ISD estuda principalmente as ações languageiras humanas, como afirmam abaixo as autoras:

[...] esse foco na linguagem decorre da convicção de que ela é o instrumento fundamental da gnosiologia e da praxiologia especificamente humanas: da gnosiologia, isto é, da capacidade que nossa espécie tem de apreender aspectos do universo de onde se origina, de elaborar conhecimentos e de organizá-los em mundos representados; e da praxiologia, isto é, do modo como os membros da espécie humana "se situam" nesses mundos e neles, principalmente, organizam essas formas dinâmicas que são seus comportamentos ou suas ações individuais.

A afirmação das autoras corrobora com a nossa interpretação de que pode existir uma relação direta entre a Educação Social e o Interacionismo Sociodiscursivo, quando entendemos que a Educação Social existe na interação entre indivíduos dentro de uma determinada comunidade e que estes utilizam-se da linguagem para chegarem a um fim comum: aprender/ensinar sobre aspectos que fogem a realidade escolar, como é o caso da Educação para o Trânsito.

Laporta (1979) e Oerfice (1981) citado por Petrus (1997, p. 44) também afirma que “*La P.S. contemporánea basa gran parte de su fundamentación en la interacción: la de las personas situadas en unas determinadas condiciones sociales y viviendo en comunidad.*” Isso significa que a Educação Social contemporânea abdica da visão individualista e passa a compreender os fenômenos psicológicos como construções coletivas, determinadas pelas relações sociais, pela cultura e pelas práticas cotidianas. A interação deixa de ser apenas um meio e passa a ser o próprio objeto de análise. Para Petrus (1997, p. 52):

*De este modo, la vía práctica, al considerar la importancia de la interacción en P.S., no sólo se muestra emergente al clarificar un debate de apariencias puramente analíticas, el debate teoría-praxis en educación, sino que también demuestra la relación existente entre las disciplinas que se preocupan por la interacción (las que*

*existen, por ejemplo, entre la P.S., la psicología social y la sociología interaccionista), propiciando una consideración distinta de la educación social como interacción [...].*

Com isso, entende-se que a prática educativa deve estar comprometida com uma visão integrada das ciências humanas, reconhecendo que a aprendizagem e a transformação social ocorrem no encontro entre sujeitos. Assim, a Educação Social ganha uma nova dimensão: ela é construída nas trocas simbólicas, na participação ativa e no reconhecimento mútuo entre os envolvidos no processo educativo. Traduzindo para o que preconiza o ISD e o que é um campo de trabalho em curso, como afirmam Guimarães, Machado e Coutinho (2007, p. 41), isso significa que a interação linguística é admitida de maneira praxiológica dentro da dimensão epistêmica do funcionamento humano. Oliveira (2016, p. 62) enfatiza que “Notadamente, a linguagem é vista como elemento de expressão que transita entre os indivíduos verbalizando efeitos do agir a partir da capacidade natural da ação humana.”

Neste contexto, a Educação Social, enquanto campo científico e disciplinar voltado para a formação crítica e prática de profissionais da educação – a Educação Social atua na formação de profissionais da Educação nos contextos extracurriculares –, tem o objetivo de preparar educadores capazes de atuar com base em saberes teóricos que se articulam com a prática. Sendo assim, a Educação Social tem como primazia a indissociabilidade entre teoria e ação.

Essa perspectiva está diretamente relacionada à concepção de Educação Social como um processo construído coletivamente, ancorado na liberdade, no diálogo e no compromisso com a transformação social, como afirma Petrus (1997, p. 60) ao dizer que essa educação ocorre por meio da interação entre sujeitos que consensualmente constroem seus caminhos formativos. O supracitado autor ainda afirma que:

*Como ciencia y disciplina la P.S. es el campo de conocimiento que organizado como ciencia en una disciplina que dará cuenta de ella a través de la enseñanza- tiene como objetivo la formación y preparación de los profesionales de la educación social con la intención de que tales conocimientos remitan a la práctica y contribuyan a mejorarla.*

Petrus (1997, p. 56-57) insere um quadro em seu livro com as orientações paradigmáticas em Pedagogia Social e separa a temática em três grandes eixos, aos quais ele denomina como “Orientação”, estes são: Orientação tecnológica; Orientação interpretativa; e Orientação crítica. Para nós, o eixo de orientação que mais se adequa à pesquisa em tela é o da Pedagogia Social como Orientação interpretativa. Abaixo, no quadro 4, apresentamos o seguinte recorte:

**Quadro 4** - Orientaciones paradigmáticas en pedagogía social<sup>22</sup>

Orientação	Que tipo de conhecimento		Como se constrói este conocimiento	Para que serve	Educador social como processo
Orientação interpretativa	Fundamentación Sociología interaccionista Hermenéutica Fenomenología Educación como construcción personal	Subjetivo Sentimientos, deseos, acciones, significados Interpretaciones	Investigación etnográfica Estudios de significados y acciones personales	Observación (Notas de campo diarios...) Objetivo? Iluminar grupos y personas	La práctica dirige la acción Unión de teoría y práctica es el presupuesto de la teoría Educador Social Un Comunicador Intervención Práctica interpretativa Acto de comprensión

Fonte: adaptado de Petrus (1997, p. 56).

**Quadro 5** - Esquema de contraste entre paradigmas

	Paradigma científico	Paradigma hermenéutico	Paradigma crítico
Educación social	Tecnología social. Conocimiento científico. Transformar la sociedad. Carácter instrumental. Trata de adaptar o reproducir en el control.	Proceso de interacción. Desarrollar personalidad individual; horizontal, dialogante. Trabajo grupal. Carácter personal trata de iluminar significados y acciones.	Proceso de interacción social crítica. Colaboración. Dinámica de liberación y emancipación social y personal. Carácter social implicador. Trata de que las personas tomen las riendas de su destino en los lugares que viven.

Fonte: adaptado de Petrus (1997, p. 57).

O quadro “Esquema de contraste entre paradigmas”, no que tange ao paradigma crítico, relaciona-se ao que intentamos identificar nesta pesquisa, especialmente no que diz respeito ao tratamento do policial agente de trânsito com os cidadãos. Essa abordagem reconhece que a atuação do agente de trânsito vai além da aplicação da lei: ela envolve relações humanas, construção de confiança e promoção da cidadania. Quando o policial se posiciona como educador social, ele não apenas orienta, mas também colabora na formação crítica dos indivíduos, incentivando comportamentos responsáveis e conscientes no trânsito.

Para finalizar esta seção e para melhor elucidação do que queremos afirmar, trazemos aqui a citação de Gohn (2013, p. 74):

<sup>22</sup> A estética da tabela está assim posta, pois não foi possível copiá-la do modo original em virtude do tamanho do layout utilizado no documento.

A educação não formal tem seu próprio espaço, forma cidadãos, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida! Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política.

Nesse sentido, o agente de trânsito deixa de ser apenas uma figura de autoridade e passa a ser um mediador de processos educativos, contribuindo para a libertação de práticas opressoras e para o fortalecimento da autonomia individual e coletiva, como veremos na próxima seção.

#### 4.3 REPRESENTAÇÃO E PRÁTICAS DO AGIR LINGUAGEIRO DO EDUCADOR SOCIAL

O educador social é um representante da Educação Social e atua de modo prático em situações próprias da interação. De acordo com Gohn (2013, p. 41) o Educador Social “é um elemento estratégico nas ações coletivas da educação não formal.”. Petrus (1997, p. 60), afirma que “*La actuación de los educadores sociales, como comunicadores interactivos, es significativamente distinta, ya que conciben la práctica como una construcción intersubjetiva en donde las personas que participan comparten significados sobre lo que tienen que hacer y cómo hacerlo.*”

Ou seja, um dos pilares centrais da atuação do educador social: a prática educativa como um processo intersubjetivo e dialógico. Desta forma, ao se posicionar como comunicador interativo, o educador social não impõe saberes, mas constrói significados junto aos sujeitos com os quais atua, valorizando suas experiências, contextos e formas de entender o mundo.

Ainda em Petrus (1997) entendemos que o ser humano é genuinamente social e que o papel do educador social é justamente ser sensível a esta realidade e ser mediador no processo interativo. Ademais, o agir languageiro do educador social deve estar pautado na relação simbólica entre o que se quer ensinar e o indivíduo que está aprendendo, conforme destaca o autor: “*el hombre en su contexto cultural comparte, en interacción con sus semejantes, esas imágenes y las consensúa, les da un “significado compartido”, crea realidad, construye en la comunicación.*” (Petrus, 1997, p. 44)

A Educação Social tem como objeto a interação e o modo como esta interação, entre duas ou mais pessoas acontecem, para um fim comum: ensinar aquilo que não se aprende na escola. Petrus (1997, p. 51) afirma que “*El objeto de la P.S. es configurado así como el estudio y la implementación de la educación social en tanto interacción. Un acto social es una unidad*

*de interpretación entre dos o más personas que comparten sus significados.*”. Sabendo disso, o agir linguageiro do educador social deve ser prático e facilitador, para fazer cumprir com seu trabalho de ajudar a formar diretamente um indivíduo em um cidadão, conforme afirma Gohn (2013, p. 43), “o Educador Social ajuda a construir com seu trabalho espaços de cidadania no território onde atua.”

O agir linguageiro do agente de trânsito policial militar enquanto educador social delimita o quanto os indivíduos podem ser formados ou não formados como cidadãos. Estes atores (cidadãos e educadores sociais) formam um conjunto indissociável que só funciona quando os dois estão em sintonia e participam de situações de experimentação prática e, no caso da Educação Social para o trânsito, a verbalização (principalmente) é a forma de discurso mais adequada e deve ser pautada em uma linguagem simples e acessível. Sobre estas práticas Sáez (1989 *apud* Petrus, 1997, p. 51) afirma que:

*La vía práctica, como vemos, se muestra fecunda al mostrar cómo los actores sociales comparten significados en una colectividad. De este modo, en el estudio de las acciones no observables de los protagonistas sociales el conocimiento que se va obteniendo es un conocimiento práctico, resultado de la interacción planificada de las personas y no en situaciones de experimentación (la base incondicional del conocimiento objetivo y positivo del modelo científico de la educación).*

Sáez (1989) destaca a importância da via prática como forma de produção de conhecimento a partir da vivência coletiva e da interação social, rompendo com a lógica tradicional do conhecimento puramente experimental e normativo, que é justamente a proposta da Educação Social. Esse olhar se conecta diretamente com o agir linguageiro do educador social, pois esse profissional atua com base na escuta ativa, no diálogo e na construção compartilhada de sentidos com os sujeitos envolvidos. Assim, o educador social, ao interagir com diferentes grupos e quando este age linguisticamente de modo a reconhecer e valorizar os saberes dos sujeitos/cidadãos, pode construir significados a partir da realidade vivida, fugindo assim de modelos teóricos abstratos.

#### **4.3.1 Aspectos importantes sobre o recorte: o policial militar enquanto educador social**

É de causar estranheza ao leitor quando ele se depara com um texto que denomina um policial militar como educador social, quando o que se sabe sobre Educação Social é que ela é delineada através de um viés cultural. Entretanto, é importante ressaltar que qualquer indivíduo,

mesmo em sua função laboral ou não investido dela, pode exercer a função de educador social, pois é um conceito amplo e de múltiplas facetas.

Um policial militar enquanto agente de trânsito, pode exercer o papel de educador social, pois sua função, para além de punir, é também orientar a população sobre os diversos tipos de situações no trânsito. Mas, uma pergunta é válida: “somente um policial militar pode ser um agente de trânsito?” Para responder tal indagação, veremos o que o Código de Trânsito Brasileiro diz sobre isso:

AGENTE DE TRÂNSITO - servidor civil efetivo de carreira do órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário, com as atribuições de educação, operação e fiscalização de trânsito e de transporte no exercício regular do poder de polícia de trânsito para promover a segurança viária nos termos da Constituição Federal. (Brasil, 1997)

Nesse enfoque, um policial pode ser um agente de trânsito, contribuindo assim para a regulação das práticas da população no que tange às suas práticas rotineiras no trânsito. Por essa razão, a pesquisa aqui realizada denomina o objeto de pesquisa como sendo as Vozes enunciativas do agente de trânsito, que coincidentemente é um policial militar. Que fique claro que, um agente de trânsito pode ou não ser um policial, bem como um policial pode ou não ser um agente de trânsito.

Diante dessa explicação, cumpre seguir o mesmo raciocínio de que um agente de trânsito pode ser ou não um educador social e isso depende da postura que esse agente assume na sua atividade laboral. Essa postura é caracterizada por diversas atitudes, como por exemplo: o comprometimento com a causa; a dinâmica de ensino; a postura profissional; a capacidade de julgar situações críticas; o posicionamento verbal (a noção do que falar e de como falar); a capacidade de interagir e socializar informações (ouvir e ser ouvido); etc.

Nessa pesquisa, por compor o eixo das linguagens, se atentarão principalmente as características que se adequam ao eixo das interações sociodiscursivas. Além disso, esse campo fora escolhido por ser, para nós, um dos mais importantes para que a função de educador social seja eficiente. Todavia, para acessar a linguagem, precisaremos passar por todas as categorias atitudinais do profissional educador social.

#### **4.3.2 Práxis social do ensinar**

“A escola sempre pesquisa sobre a escola”, esta reflexão fez com este trabalho fosse elaborado, entendendo que alguns pesquisadores (educadores) tendem a tecer seus trabalhos de

forma pontual em pautas que estão dentro da escola, e isto não é negativo, pelo contrário, é algo que precisa acontecer, entretanto, uma pergunta é válida: “quem é que vai pesquisar sobre aspectos da vida social em diferentes atividades de linguagem?”. São estas e outras perguntas que nos levam a refletir sobre a educação *in loco*, a educação na prática e sobre o papel dela na sociedade.

Entendendo que a educação não se resume a escola, o pesquisador pode ampliar horizontes, desempenhando pesquisas que exerçam uma função social, mais prática, sobre temas aplicados à realidade e não apenas teóricos, como é o caso da temática desta pesquisa, que intenta estabelecer uma posição observadora sobre a práxis interativa do agente de trânsito frente à demanda social de educar cidadãos que são, até certo ponto, leigos no que tange aos assuntos de trânsito.

Uma observação empírica é a compreensão de temas observáveis do cotidiano do pesquisador, mas não basta ser algo que o pesquisador compreenda sozinho, a de se existirem outras observações, que precisam ser relevantes não só para um público pequeno, todavia têm que ser amplas. De acordo com Severino (2013, p. 77), a observação “é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É uma etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa.”

O dia a dia de todos os brasileiros é cerceado de formas atitudinais que orientam o modo de vida e modo de agir, estas são impostas por critérios estabelecidos em lei ou até mesmo por costumes e culturas de cada região. Para conviver em sociedade, o indivíduo precisa aprender como ter comportamentos coletivos, estes comportamentos são desenvolvidos no ambiente escolar, no ambiente familiar, no ambiente de trabalho etc.

Todavia, existem temas que não estão compreendidos em nenhum dos ambientes anteriormente citados, ou melhor estão, porém não são tão desenvolvidos da maneira como deveriam, como é o caso do comportamento adequado no trânsito viário. Este comportamento está atrelado à determinadas atitudes que perpassam o ambiente escolar e vão até o viés moral e ético, cabendo ao Estado – como poder coercitivo – determinar e ditar como devem ser as ações dos indivíduos. Van Djik (2008, p. 117) afirma que “é possível distinguir diferentes tipos de poder de acordo com os recursos empregados para exercê-lo: o poder coercitivo dos militares e dos homens violentos estará baseado principalmente na força; já os ricos terão poder por causa do seu dinheiro; enquanto o maior ou menor poder persuasivo de pais professores ou jornalistas pode estar baseado no conhecimento, na informação ou na autoridade. Note também que raramente o poder é absoluto.”

Sabendo disso, identificamos que o Estado representa uma entidade hegemônica que pode utilizar de sua condição determinante para ensinar o indivíduo a como se comportar em sociedade, no que tange ao trânsito viário. Entretanto, o Estado não é alguém (uma pessoa física), mas sim um conjunto de ações e ele por si só não pode exercer esta função, sendo assim, para tal, utiliza agentes que são encarregados de ensinar a população sobre o que não se foi bem trabalhado em contextos de aprendizagem padrão.

Então, os agentes que o Estado utiliza para a questão acima são justamente os policiais, que funcionam como educadores sociais e estes têm o papel de conscientizar ou ensinar a população sobre boas práticas no trânsito viário. E é a partir deste momento que algumas indagações surgem: “Estes agentes de trânsito viário são capacitados para ensinar os transeuntes ou condutores sobre as boas práticas no trânsito? “A formação destes agentes de trânsito viário é adequada para a função de educadores sociais que eles exercem? “Se ensinam, quais as técnicas interacionais de linguagem que utilizam para tal?”

As indagações acima são consideradas observações empíricas ao passo que entendemos que uma questão social observável é pautada em uma inquietação que pode vir do próprio observador. Desta forma, como um condutor e transeunte, o observador, o qual realiza essa pesquisa, tem o perfil de observador participante natural.

#### **4.3.3 A Polícia Militar: para além de uma iniciativa do Estado**

É fato que a polícia militar tem sua responsabilidade demarcada de acordo com a obrigatoriedade do Estado em fazer valer uma lei. Todavia, a instituição necessita ser além das iniciativas do Estado para que a efetividade de seu trabalho seja realmente digna e legítima, já que os cidadãos não se preocupam, exclusivamente, sobre como a lei deve existir no seu sentido formal, mas também, em como esta deve ser cumprida no seu sentido material.

Então, de forma prática, se a polícia servir apenas para cumprir a lei sem se importar com as opiniões dos cidadãos, ela pode estar realizando um serviço autoritário e, até certo ponto, vazio. Um exemplo prático disso é, um pai que dirige seu carro em alta velocidade em direção a um hospital para salvar sua filha que está sofrendo algum mal súbito e é impedido por algum agente de trânsito (policia militar), pois está infringindo o Art. 218<sup>23</sup> do Código de Trânsito Brasileiro.

---

<sup>23</sup> Art. 218 - Transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil, em rodovias, vias de trânsito rápido [...].

O exemplo acima prova que se não houver o atributo da solidariedade, descrito pelo Estatuto da Polícia Militar do Estado de Sergipe<sup>24</sup>, o qual revela ser uma das manifestações essenciais do valor policial “I - O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida” (Sergipe, 1976). Desta forma, ser um policial que serve a sociedade de maneira justa e empática é atributo rico e especial.

Partindo desses pressupostos, entendemos que a Polícia Militar do Estado de Sergipe – PM é dotada de aspectos que fogem os conceitos meramente legais, mas que estão amplamente marcados no campo social, como por exemplo a linguagem. E esta linguagem pode estar subdividida em aspectos relacionais (como a população vê o policial militar) e interacionais (como o policial militar se interage com a população).

Sobre este último – que é o foco do nosso trabalho – entendemos que a população pode perceber o trabalho do policial militar de diversos ângulos, a depender do método de abordagem interacional que este agente pode utilizar para realizar suas atividades. Neste impasse, os agires linguageiros dos policiais são dotados de significados para a população.

#### **4.3.4 A Polícia Militar sergipana: aspectos formativos**

Para entender quem é o agente pesquisado, é necessário também entender quais são as circunstâncias que o formam ou que o influenciam. Neste sentido, explicarei de modo prático o que é a instituição PM/SE e quais são os pré-requisitos legais para que uma pessoa possa ingressar nela e especificamente na área do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran).

De acordo com o Estatuto da PM/SE, a instituição é pública de prestígio e tem o objetivo de cumprir o papel de regular as ações dos indivíduos em seus grupos sociais, bem como efetuar a manutenção da ordem pública do Estado, de acordo com o que preconiza as leis. A instituição é hierarquizada e segue os padrões militares que o Exército Brasileiro determina.

Sendo assim, o militarismo rege as ações de todos os funcionários da PM, como determina o art.12 do Estatuto “Art. 12. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.” (Sergipe, 1976). Desta forma, para ser parte integrante da PM/SE é necessário prestar concurso público

---

<sup>24</sup> Art. 26 da Lei nº 2.066, de 23 de dezembro de 1976.

e ser aprovado no Curso de Formação que é realizado pela própria instituição, como determina o art. 10 do Estatuto:

Art. 10. A investidura nos Postos ou Graduações iniciais de Oficial ou de Praça da Polícia Militar do Estado de Sergipe – PMSE, dar-se-á unicamente por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza do posto ou graduação, observadas as demais exigências prescritas em lei ou em regulamento. [...] § 5º. Para investidura nos postos do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), será necessária a realização de Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM) em estabelecimento de ensino, cujo curso seja reconhecido, pelo órgão competente, como correspondente à graduação de nível superior, exclusivamente para efeito da referida investidura. (Sergipe, 1976)

Para além disso, os agentes podem ser submetidos a períodos de estágio supervisionado institucional, o que é uma ação positiva, pois faz com que o policial esteja submetido a situações reais da sua *praxe* laboral. Não obstante, é possível que alguns estágios possam ser insuficientes, caso sejam muito rápidos e/ou rasos de conhecimento.

Ainda, após todo o percurso de aprovação em certame, curso de formação policial e estágios, o policial é lotado em um determinado batalhão de acordo com lista que é disponibilizada pelo comando geral. Entretanto, caso seja identificado ainda no curso de formação que o aluno tem características pertinentes a alguma unidade específica (como exemplo o BPTran), este é lotado nesta unidade, a desejo do comando geral.

#### **4.3.5 O papel social na observância das leis de trânsito**

Os deveres e obrigações não são unilaterais, apesar de muitos entenderem que assim o são. Quando se fala em educação, precisamos entender que se o educador faz a sua parte, porém o estudante não é partícipe ou não executa suas funções corriqueiras, o processo de ensino-aprendizagem é corrompido.

Sendo assim, mesmo em se tratando em Educação Social, o cidadão necessita entender e obedecer às regras, pois só assim há efetividade no processo. Sabendo disso, não basta escutar orientações, é necessário ser parte do processo e estabelecer uma relação de criticidade sobre ações corriqueiras.

A cartilha “Diretrizes para uma Polícia Cidadã”, de 2010, revela que o cidadão deverá: Respeitar o policial, tratando-o com dignidade e consideração; Identificar-se ao policial quando seus dados forem solicitados; Atender às intimações feitas pela Polícia. (Brasil, 2010, p. 15-

16)<sup>25</sup>. Nessa perspectiva, o cidadão transeunte é, também, um educando no processo de Educação Social, que necessita obedecer às regras e ser respeitado de forma integral.

A Educação para o Trânsito<sup>26</sup> é um instrumento de transformação que perpassa o projeto de educação formal no Brasil, ela é capaz de fazer com que o cidadão entenda as regras pré-estabelecidas na Lei de Trânsito Brasileira, para estabelecer paz e harmonia entre todos os cidadãos que se envolvem direta ou indiretamente com o trânsito.

---

<sup>25</sup> BRASIL. Diretrizes para uma Polícia Cidadã: Conheça seus direitos e deveres. MPF: Brasília, 2010.

<sup>26</sup> A Educação para o trânsito é considerada como um tema contemporâneo transversal ao currículo, conforme pesquisa à Base Nacional Comum Curricular.

## 5 ANÁLISE CONTEXTUALIZADA: AS COMPROVAÇÕES E OS CONTRAPONTOS

Para melhorar os diálogos com transeuntes e condutores, posso adotar uma abordagem mais empática e educativa, utilizando uma linguagem clara, respeitosa e acessível, ajustada ao perfil do público. Também posso investir no aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal, ouvir mais atentamente, evitar termos técnicos excessivos e manter a calma mesmo em situações de conflito, reforçando sempre o caráter preventivo e orientador da ação.

(Agente C, 2025)<sup>27</sup>

Nesta seção trataremos de expor os resultados dispostos após a disponibilização do questionário aos policiais. O questionário foi respondido por todos os policiais participantes da pesquisa (total de 10) e destacou as principais comprovações e contrapontos que se alinham aos objetivos e às hipóteses desta pesquisa.

### 5.1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

Após todo o percurso de formalização da pesquisa, da constituição da fundamentação teórica, da delimitação da metodologia e do trabalho de campo, finalmente chegou o momento da análise dos dados produzidos a partir do supracitado questionário. Neste questionário foram disponibilizadas 14 questões, sendo 11 objetivas e 3 dissertativas. Nesta subseção mostraremos as respostas dos entrevistados, porém denominaremos eles como “Agente A, Agente B...” para proteger a integridade dos participantes, como preconiza o CEP.

Diante do coletivo de 10 policiais, foram disponibilizados todos os TCLE’s e todos foram assinados, para que assim este pesquisador pudesse ter a liberdade de tratar e dispor os dados nessa pesquisa. A participação do público-alvo foi efetiva, já que todos os policiais que formam o recorte da pesquisa optaram por aceitar a participação.

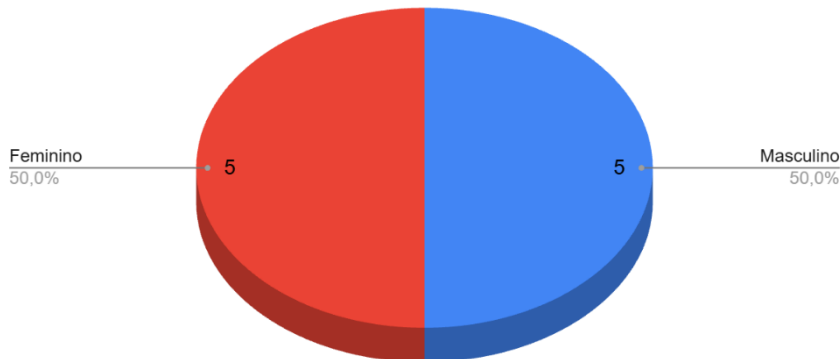
Neste contexto, todos os dados pessoais dos policiais estão resguardados nessa pesquisa, para manter a lisura do processo de pesquisa. Nessa perspectiva, do número total dos participantes, 5 (cinco) são do sexo feminino e 5 são do sexo masculino, conforme respostas, a pergunta de número 1 (um) do questionário disponibilizado (Qual seu sexo?). De acordo com os dados apresentados na questão um, a pelo fato da distribuição do sexo ter sido igualitário quantitativamente falando, não corre o risco de tendências preconceituosas, como demonstrado na figura a seguir:

---

<sup>27</sup> Resposta literal do Militar (Agente C) ao formulário da pesquisa.

**Figura 4** - Distribuição de participantes por sexo

**Pergunta 1. Qual seu sexo?**

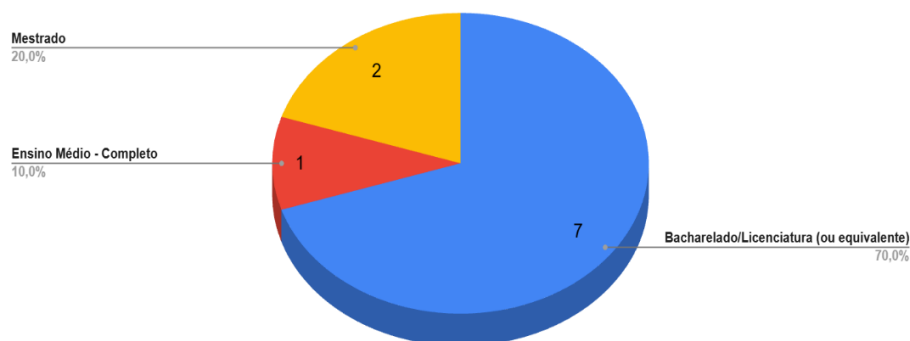


Fonte: elaborado pelo autor.

A figura 5 (cinco) demonstra a representação das respostas sobre a formação educacional dos participantes da pesquisa, em que 70% deles tem formação em algum tipo de curso Bacharelado/Licenciatura ou curso equivalente, 20% têm Mestrado em área diversa e 10% têm apenas o Ensino Médio completo. Essa distribuição demonstra um perfil educacional em que, na sua grande maioria, está ou foi engajado no Ensino Superior.

**Figura 5** - Nível educacional dos participantes.

**Pergunta 2. Qual sua formação escolar?**



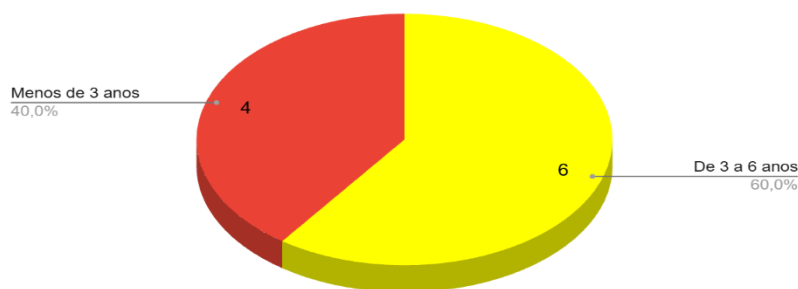
Fonte: elaborado pelo autor.

No que diz respeito ao tempo de atuação profissional, elaboramos a pergunta de número 3 (três) (conforme podemos expor na figura 6) com quatro alternativas: “Menos de 3 anos; De 3 a 6 anos; De 6 a 9 anos; e Acima de 10 anos”. A maior parte dos participantes respondeu que

a experiência como agente de trânsito está no lapso temporal de 3 a 6 anos. Essa resposta se dá ao fato de estes profissionais, como citado nas seções metodológicas, ingressaram na Polícia Militar do Estado de Sergipe a partir do certame do edital lançado em 2018 e só ingressaram no serviço após alguns anos de sua formatura enquanto policiais militares, além disso, nem todos ingressaram diretamente no Batalhão de Policiamento de Trânsito.

**Figura 6** - Tempo de experiência profissional

**Pergunta 3. Qual seu tempo de experiência na polícia militar exercendo a função de agente de trânsito?**



Fonte: elaborado pelo autor.

De modo geral, as 3 (três) primeiras perguntas serviram para conhecer os actantes<sup>28</sup>. As próximas perguntas do questionário são elementos que comprovam ou contrapõem as expectativas propostas nas hipóteses dessa pesquisa. Para além de tudo, vale destacar que a análise das respostas obtidas com o questionário salienta que a autorreflexão dos actantes sobre suas práticas de agir linguageiro.

Porquanto, a autorreflexão a partir das respostas desses actantes fomentam a nossa reflexão e justificativa desta pesquisa, de modo a entender que o agir linguageiro destes trabalhadores pode interferir na educação diretamente para que o cidadão seja amplamente educado para um trânsito melhor. Bronckart (2008) reflete, quando demonstra a pesquisa feita entre 2001 e 2004 que os actantes em seu ambiente de trabalho podem fornecer ao pesquisador respostas sobre temáticas sociais, mesmo com respostas autorreflexivas coletadas a partir de questionários.

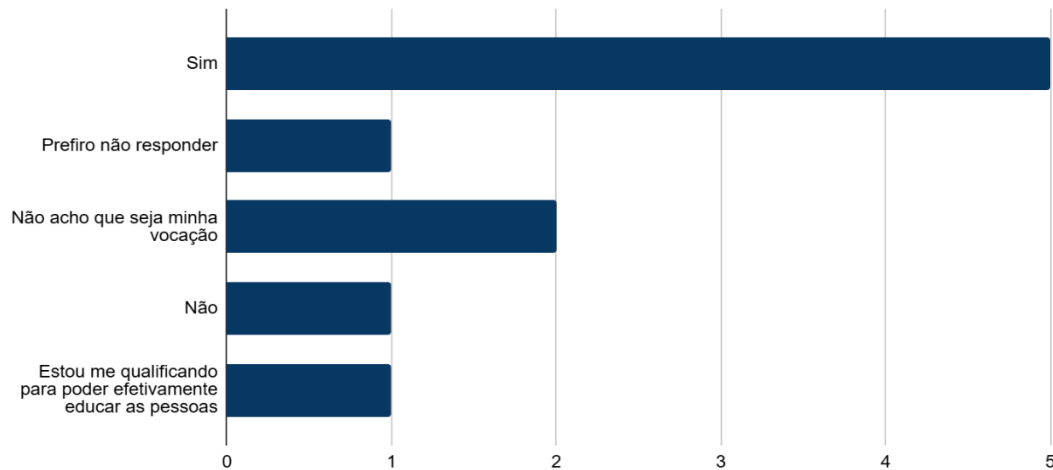
A figura de número 7 (sete) representa uma questão de autoanálise sobre o quesito da Educação para o Trânsito em que os participantes em sua maioria responderam que se

<sup>28</sup> Denominação dada por Bronckart (2008, p. 131) ao destacar a pesquisa “O agir em situações de trabalho e sua interpretação” no livro “O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores”.

consideram aptos para serem educadores de trânsito/educadores sociais. Esta resposta corrobora com a nossa concepção destacada a partir da hipótese de que “Nem todos os policiais (agentes de trânsito) têm aptidão, vocação e/ou treinamento para a função.” (Quadro 2), como está disposto na figura 7 abaixo:

**Figura 7 - Aptidão para a Educação para o Trânsito.**

**Pergunta 4. Você se considera apto para educar pessoas para um trânsito melhor?**



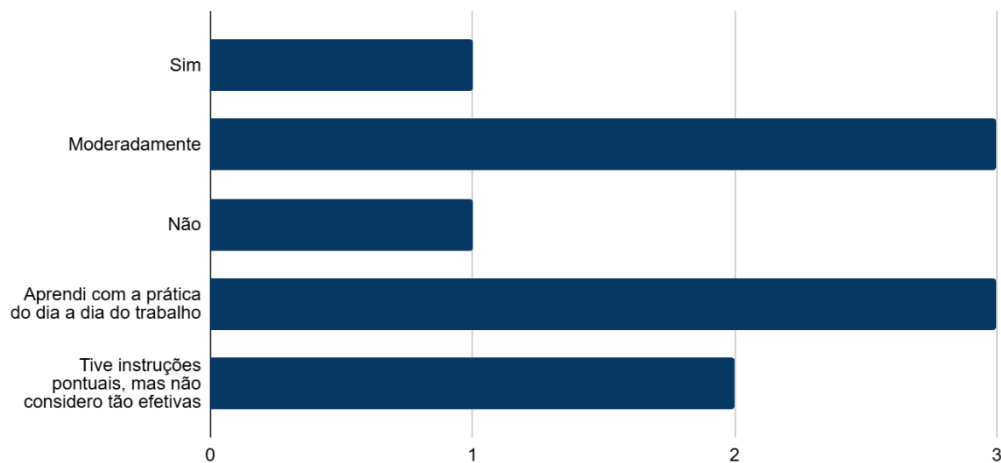
Fonte: elaborado pelo autor.

Apesar de metade das respostas dos entrevistados considerarem que eles estão aptos para a Educação para o Trânsito, os outros 5 participantes responderam “prefiro não responder”, “não acho que seja minha vocação”, “não”, “estou me qualificando”. Esse “empate técnico” demonstra que a própria análise dos militares sobre a sua própria *práxis* educativa ainda não está constituída ou simplesmente nunca será estabelecida, de acordo com o objetivo destes no contexto da Educação Social para o trânsito.

Os dados da Figura 8 revelam que a maioria dos agentes de trânsito acredita não ter recebido uma formação institucional efetiva para atuar como educador no trânsito. As respostas distribuíram-se de forma concentrada nas opções “Moderadamente” e “Aprendi com a prática do dia a dia do trabalho”, evidenciando que o processo formativo foi, em grande parte, construído empiricamente, a partir da vivência profissional, e não como resultado de uma política institucional consolidada de capacitação sobre o tema.

**Figura 8** - A instrução institucional para educar pessoas no trânsito

**Pergunta 5. Você acredita que a instituição em que trabalha te instruiu de forma efetiva para que você possa educar pessoas no trânsito?**



Fonte: elaborado pelo autor.

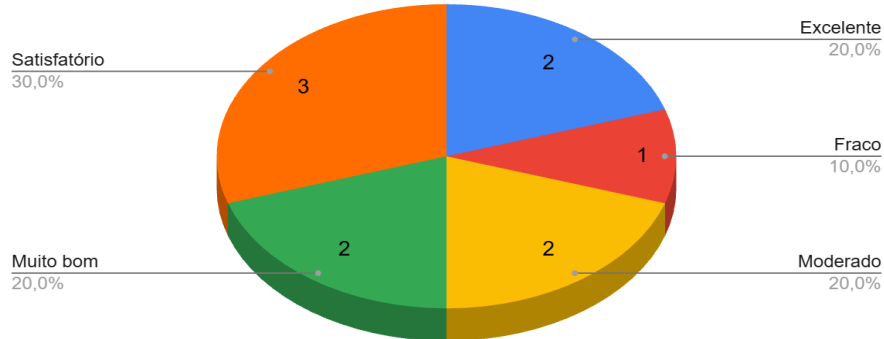
À luz da categoria de análise Contexto de Produção, Bronckart (2012), observa-se que o lugar social da formação — representado pela instituição policial — exerce influência direta na constituição do agir linguageiro desses profissionais. A ausência de instruções efetivas faz com que o policial, enquanto emissor e enunciador do discurso educativo, se apoie mais na experiência cotidiana do que em fundamentos pedagógicos ou discursivos formais. Assim, o discurso educativo tende a reproduzir práticas autoritárias ou meramente informativas, em vez de dialógicas e conscientizadoras.

Essa constatação reforça a hipótese de que o agir linguageiro do policial, ao ser moldado predominantemente pela prática e pela hierarquia institucional, pode limitar a efetividade da comunicação educativa com o cidadão. Além disso, as respostas obtidas comprovam a hipótese (H1) de que “O processo formativo do policial é responsável pelas falhas comunicativas dos agentes.” Nesse sentido, o contexto físico e social em que o texto (fala do agente) é produzido se mostra determinante para a compreensão da dinâmica interacional entre o militar/educador e o transeunte.

No que diz respeito ao empenho dos agentes/educadores para um trânsito melhor, elaboramos a seguinte indagação: “Em relação a sua prática educativa no trânsito, qual seu nível de empenho?”. As respostas obtidas foram divididas em 5 (cinco) níveis (fraco, moderado, muito bom, satisfatório e excelente), conforme está exposto na figura 9:

**Figura 9** - Nível de empenho na prática educativa

**Pergunta 6. Em relação a sua prática educativa no trânsito, qual seu nível de empenho: [Resposta:]**



Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados apresentados na Figura 9 indicam que 30% dos participantes avaliaram seu empenho como *satisfatório*, enquanto 20% classificaram como *excelente*, 20% como *muito bom*, 20% como *moderado* e apenas 10% como *fraco*. Essa distribuição demonstra que, de forma geral, os agentes reconhecem um envolvimento positivo em suas ações educativas no trânsito, o que sugere uma percepção de compromisso com a função social de educar.

No entanto, sob a ótica das vozes, Bronckart (2012) percebe que essa autoavaliação representa a voz do autor — ou seja, a maneira como o sujeito enunciatador se posiciona diante de sua própria prática. Há aqui uma possível voz indireta (o não dito) que expressa o desejo de reconhecimento e legitimação de sua função como educador, mesmo diante das limitações formativas apontadas anteriormente. Neste mesmo enfoque, a coexistência entre o alto empenho declarado nas respostas obtidas e insuficiência formativa institucional (figura 8) revela um contraponto discursivo importante: os policiais compensam a carência de formação com esforço pessoal e engajamento individual.

Seguindo as análises das respostas obtidas no questionário, a pergunta de número 7 (sete) teve como enunciado a seguinte pauta: “Com base na sua resposta anterior, a respeito da prática educativa no trânsito, se possível, justifique.” Esta pergunta foi do tipo dissertativa (aberta) e está interligada à pergunta de número 6 (disposta na figura 9), em que apenas 8 (oito) dos 10 (dez) entrevistados a responderam. Desta forma, a análise das respostas obtidas está pautada nas citações diretas das falas (vozes) dos participantes.

O Agente G nos apresenta uma resposta bem interessante sobre o seu nível de empenho para a Educação para o Trânsito, ele/ela informa que “Nas operações policiais militares de

trânsito (blitz) é o momento oportuno para educar no trânsito.” Tal afirmação revela algumas indagações que podem ser preocupantes quando entendemos o real objetivo da educação, como por exemplo: “No contexto educacional, um momento em que o aprendiz (transeunte) está sendo submetido a uma ação fiscalizatória sobre sua prática legal de dirigir ou transitar, é de fato o momento oportuno para ensinar/aprender?”; além disso “Em uma blitz, em que o intuito do agente é encontrar irregularidades, a prática de ensino é de fato realizada?”, uma outra questão é: “A arma e a farda utilizada pelo militar, no contexto da blitz, pode ser um fator que influencie negativamente o processo de aprendizagem?”.

Nesse enfoque, as indagações dispostas a partir da resposta do Agente G, revelam uma preocupação que está alinhada ao papel social da educação, em que podemos entender que a ideia do Agente de que a Educação para o Trânsito é efetiva no contexto de blitz não está alinhada ao real ideal educacional, sendo assim, entendemos que a proposta Educação para o Trânsito deveria ocorrer em outras circunstâncias, como exemplo no contexto escolar ou até mesmo em palestras. De acordo com a hipótese “O poder coercitivo é um dos fatores que influenciam na criação de falhas comunicacionais entre o policial (agente de trânsito) e os cidadãos.” (H6), a presença de um policial fardado e armado em uma blitz fiscalizatória pode influenciar diretamente na aprendizagem de boas práticas no trânsito, o que configura, para nós, a materialização do poder coercitivo, que contrapõe a ideia de ensino pautado na mediação do conhecimento proposta por Paulo Freire.

O Agente C traz um comentário bem interessante, ao revelar a seguinte afirmação: “sou um agente fiscalizador, não tenho perfil educador, o cumprimento do meu dever (autuar, recolher, conduzir a delegacia...) já é um alerta para o condutor se educar. Não tenho perfil didático para orientar.” (Agente C)

Ao afirmar que “o cumprimento do meu dever já é um alerta para o condutor se educar”, o agente evidencia um agir linguageiro institucionalizado, no qual ele se coloca no lugar de um agente hierarquicamente constituído para impor a lei, desse modo ato punitivo, para o agente, é mais importante que o ensino. Essa percepção demonstra que o contexto social de produção, o ambiente militar, regido por normas, hierarquia e disciplina, influencia diretamente a forma como o sujeito constrói e legitima seu discurso profissional.

Sob a ótica do Interacionismo Sociodiscursivo, essa declaração ilustra uma voz institucional sobrepondo-se à voz educativa. O agente fala a partir de um lugar de autoridade, em que a coerção é vista como instrumento pedagógico. Tal posicionamento limita o potencial dialógico da interação, uma vez que substitui a orientação comunicativa (ensinar, conscientizar) por uma ação coercitiva (punir, advertir). Ao dizer que “não tenho perfil didático para orientar”,

o enunciador também revela uma autoavaliação discursiva marcada pela ausência de preparo formativo, o que reforça os resultados apresentados nas figuras anteriores. Há, portanto, um reconhecimento de incapacidade pedagógica, mas também uma tentativa de justificar essa limitação a partir da função institucional que desempenha.

Nesse viés, a fala do Agente C sintetiza o principal desafio identificado na pesquisa: a dificuldade de transitar entre os papéis de fiscal e educador social, mostrando como as condições de produção e o papel social do emissor moldam seu discurso. Em outras palavras, o agente não se percebe como mediador da aprendizagem no trânsito, mas como executor da lei, e é justamente nesse ponto que o agir linguageiro deixa de ser educativo e se torna meramente regulador.

Neste enfoque, as respostas obtidas a partir da pergunta 6 (seis), são apresentadas no quadro que segue. Essas respostas têm um viés muito parecido em sua essência e, por esse motivo, fizemos a tabulação delas em um quadro para que o leitor entenda e reflita sobre o tema.

**Quadro 6** - Quadro de respostas à pergunta 6

<b>Agente</b>	<b>Resposta</b>
A	“A cada serviço procuro conscientizar o motorista sobre o seu comportamento e no respeito as leis de trânsito.”
B	“O nível de empenho é elevado, pois o policial militar que atua em blitz precisa ter atenção constante, preparo técnico e psicológico, conhecimento da legislação de trânsito, abordagem segura e postura firme. A atividade exige disciplina, resistência física, trabalho sob pressão e em condições diversas, como sol, chuva e horários variados. É importante tbm se manter atualizado sobre as constantes mudanças da legislação.”
C	“Sou um agente fiscalizador, não tenho perfil educador, o cumprimento do meu dever (autuar, recolher, conduzir a delegacia...) já é um alerta para o condutor se educar. Não tenho perfil didático para orientar.”
D	“Sempre que participo de blitz educativa ou de blitz ostensiva, tento passar um pouco do conhecimento para os infratores para que haja uma conscientização.”
E	“Sempre que possível, tento orientar os condutores sobre suas infrações no trânsito, para que eles mudem sua forma de conduta.”
F	“Durante as ocorrências, tento conversar com as pessoas e mostrá-las como deveriam agir em diferentes situações no trânsito. Tudo isso com base no meu conhecimento, que é limitado.”
G	“Nas operações policiais militares de trânsito (blitz) é o momento oportuno para educar no trânsito.”
H	“Nas ocorrências de sinistro de trânsito procuro orientar os condutores sobre as possíveis infrações cometidas e como saná-las. Por exemplo, condutor conduzindo veículo com licenciamento vencido, CNH vencida, entre outros tipos de infrações, procuramos orientar a maneira como eles podem sanar tais irregularidades.”

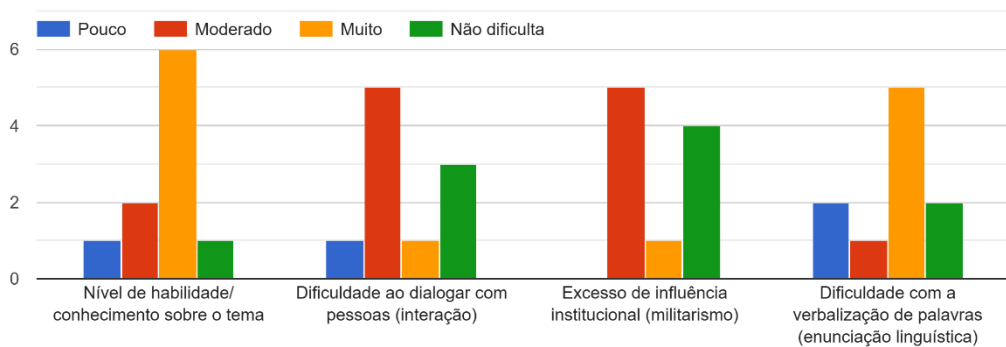
Fonte: elaborado pelo autor.

No que tange ao grau de dificuldade que os entrevistados entendem ter quando se trata de educação para um trânsito melhor, algumas as limitações formativas e estruturais da instituição refletem-se diretamente na prática discursiva dos agentes, revelando que o agir linguageiro, quando não é sustentado por uma formação pedagógica sólida, tende a reproduzir

discursos de autoridade em vez de discursos de educação e cidadania. Para entender tal relação, elaboramos a seguinte pergunta: “Considerando que um agente de trânsito é também um educador social, indique em grau como cada um dos itens abaixo podem dificultar o seu agir para uma educação no trânsito efetiva?”. Propomos 4 (quatro) variáveis com 4 (quatro) graus de dificuldade (pouco, moderado, muito e não dificulta). As quatro possibilidades de dificuldade foram as seguintes: “Nível de habilidade/conhecimento sobre o tema”; “Dificuldade ao dialogar com pessoas (interação)”; “Excesso de influência institucional (militarismo)”; “Dificuldade com a verbalização de palavras (enunciação linguística)”. A figura 10 demonstra as respostas dos entrevistados, conforme segue:

**Figura 10** - Dificuldades para uma educação de trânsito efetiva

8. Considerando que um agente de trânsito é também um educador social, indique em grau como cada um dos itens abaixo podem dificultar o seu agir para uma educação no trânsito efetiva:



Fonte: elaborado pelo autor.

Em termos quantitativos, 60% dos participantes consideram que o nível de habilidade/conhecimento sobre o tema dificulta muito a ação educativa, enquanto 20% avaliaram essa dificuldade como moderada, e apenas 10% afirmaram que não dificulta. Esses resultados reforçam o papel das condições de produção e das vozes sociais no agir comunicativo dos policiais. O excesso de influência institucional (militarismo), por exemplo, atua como uma voz externa que atravessa o discurso do agente, impondo-lhe um tom hierárquico que pode enfraquecer a dimensão educativa da interação. Já a dificuldade de verbalização linguística revela um limite no plano da enunciação, isto é, na capacidade de transformar intenções educativas em discursos compreensíveis e acolhedores.

Sob o prisma de Bronckart (2012), esses fatores configuram-se como elementos do contexto social da produção textual, em que o papel social do emissor (policial) e do receptor

(transeunte) é assimétrico. O policial fala a partir de um lugar de poder<sup>29</sup>, enquanto o cidadão ouve a partir de uma posição de subordinação. Essa assimetria pode gerar ruídos comunicativos e restringir o espaço para o diálogo, comprometendo a efetividade do processo educativo no trânsito. A hipótese de número 3 (três)<sup>30</sup> é comprovada justamente a partir desse quadro.

Dessa forma, a análise da figura 10 demonstra que as limitações formativas e estruturais da instituição refletem-se diretamente na prática discursiva dos agentes, revelando que o agir linguageiro, quando não é sustentado por uma formação pedagógica sólida, tende a reproduzir discursos de autoridade em vez de discursos de educação e cidadania.

Em face da autoanálise das atividades do agir linguageiro dos militares pesquisados, propomos a seguinte questão discursiva: “Com base nas suas abordagens na Educação para o Trânsito, como você poderia melhorar em se tratando dos diálogos com os transeuntes e condutores?”. Essa indagação representa uma proposta de auto confrontação que busca entender qual é a real noção dos agentes em se tratando de sua postura social no contexto da ação social de linguagem e se ele entende que precisa aperfeiçoar as suas práticas. Sobre isso, Bronckart (2012, p. 99) afirma que:

Desse modo, descrever uma ação de linguagem consiste em identificar os valores precisos que são atribuídos pelo agente-produtor a cada um dos parâmetros do contexto aos elementos do conteúdo temático mobilizado. **O agente constrói uma certa representação sobre a interação comunicativa em que se insere** e tem, em princípio, **um conhecimento exato sobre sua situação no espaço-tempo**; baseando-se nisso, **mobiliza algumas de suas representações declarativas sobre os mundos como conteúdo temático e intervém verbalmente**. (Bronckart, 2012, p. 99, grifo nosso)

À luz de Bronckart (2012), a proposta da questão apresentada possibilita identificar como os agentes atribuem valores aos parâmetros do contexto de produção, como lugar, momento, posição social e objetivos da interação, no instante em que se tornam conscientes de suas próprias práticas de linguagem. Em outras palavras, ao responderem à questão, os policiais militares se colocam no papel de sujeitos enunciativos que refletem sobre a própria ação, revelando vozes autorais e avaliativas que emergem de sua experiência empírica.

É a partir dessa perspectiva que serão apresentadas, a seguir, as respostas dos agentes, as quais revelam diferentes níveis de consciência discursiva, intenções educativas e

<sup>29</sup> Mais uma comprovação de hipótese, que nesse caso é a hipótese 6 (seis): “O poder coercitivo é um dos fatores que influenciam na criação de falhas comunicacionais entre o policial (agente de trânsito) e os cidadãos.”

<sup>30</sup> “O método de abordagem (agir linguageiro) do agente de trânsito pode não ser adequado para os transeuntes e condutores” (H3) (Quadro 2)

compreensões sobre o próprio papel social enquanto educadores para o trânsito. O agente B enfatiza que:

Para melhorar os diálogos com transeuntes e condutores, posso adotar uma abordagem mais empática e educativa, utilizando uma linguagem clara, respeitosa e acessível, ajustada ao perfil do público. Também posso investir no aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal, ouvir mais atentamente, evitar termos técnicos excessivos e manter a calma mesmo em situações de conflito, reforçando sempre o caráter preventivo e orientador da ação. (Agente B)

A fala do Agente B revela um nível elevado de consciência discursiva sobre o próprio agir linguageiro, demonstrando uma clara percepção da importância do diálogo como instrumento de mediação social, à luz de sua orientação profissional. Ao reconhecer a necessidade de adotar uma postura “mais empática e educativa”, o enunciador evidencia a compreensão de que o contexto de produção das interações no trânsito exige uma adequação comunicativa ao perfil do interlocutor, o que implica reorganizar o próprio discurso para torná-lo mais acessível e eficaz.

Ao propor “investir no aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal” e “evitar termos técnicos excessivos”, o agente demonstra compreender que a eficácia comunicativa depende não apenas da transmissão da norma, mas da capacidade de estabelecer um vínculo dialógico com o cidadão. Esse reconhecimento evidencia o trânsito entre duas dimensões do contexto de produção: a física/material (a abordagem em si, na rua) e a social/subjetiva (a intenção de educar e sensibilizar o outro).

Portanto, a resposta do Agente B expressa um agir linguageiro reflexivo e ético e profissional, no qual a prática educativa é compreendida como parte integrante da função policial. Esse posicionamento discursivo reforça o ideal de que o policial militar pode atuar como mediador da aprendizagem social, transformando situações de fiscalização em oportunidades reais de educação e diálogo para o trânsito.

Por outro lado, o Agente F não entende que precisa, de fato, melhorar a sua forma de interagir com os cidadãos, mas sim que tem a necessidade de aperfeiçoar seu conhecimento sobre a temática do trânsito e coloca a situação como sendo a solução para melhorar sua abordagem, como revela o comentário que se segue:

Acredito que cursos de atualização sobre legislação de trânsito podem nos dar uma base maior para dialogar com as pessoas com mais tranquilidade sobre o tema. Além disso, penso que uma outra maneira que auxilia no diálogo é a distribuição de encartes com as ações positivas no trânsito, mostrando os benefícios que delas podem advir. (Agente F)

Nesse viés, a resposta do Agente F revela uma concepção de aprimoramento centrada mais no aperfeiçoamento cognitivo e técnico do que no desenvolvimento de competências interacionais. Ao afirmar que “cursos de atualização sobre legislação de trânsito podem nos dar uma base maior para dialogar com as pessoas”, o enunciador demonstra compreender o diálogo a partir de uma perspectiva informativa, em que o domínio do conteúdo é visto como suficiente para garantir a eficácia comunicativa.

A proposta de “distribuição de encartes com ações positivas no trânsito”, suscitada pelo Agente F também reforça essa tendência para uma comunicação unidirecional e prescritiva, típica do contexto institucional, em que a informação é transmitida de forma verticalizada, sem necessariamente envolver o interlocutor em um processo dialógico de construção conjunta de sentidos. Essa colocação pode refletir a influência da voz institucional, que privilegia o cumprimento da norma e a difusão de conteúdos sobre a escuta e o acolhimento.

No contraste das duas colocações, podemos depreender dois tipos de comportamentos: o primeiro (Agente B) diz respeito a uma prática linguageira empática, de escuta e de adaptação verbal para a melhoria no que tange à interação; já o segundo comportamento reflete mais uma voz institucional que está pautada na concepção de educação informativa, técnica e normativa, que muito provavelmente está amplamente interligada à voz que fala através do autor – nesse caso, a voz institucional. Em suma, a fala do Agente B expressa uma voz social transformadora, voltada à construção de sentido compartilhado, enquanto a do Agente F manifesta uma voz institucional

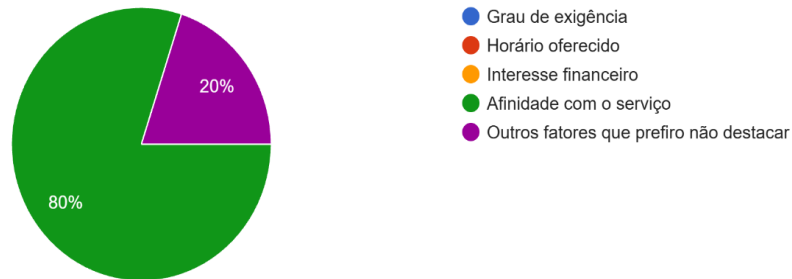
Desse modo, a análise das respostas a essa indagação não está limitada a mera ação de descrever comportamentos, por outro lado, ela busca compreender como o sujeito/actante percebe sua posição social e discursiva no ato educativo. Essa autorreflexão permite observar em que medida o agente reconhece a necessidade de aprimorar suas estratégias comunicativas e, conseqüentemente, de tornar o diálogo no trânsito mais formativo, participativo e humanizado.

Continuando as análises propostas para cada questão, buscamos entender o real motivo pelo qual os agentes investigados escolheram exercer a função de agentes de trânsito, para tal elaboramos a seguinte pergunta: “Por que você escolheu exercer a função de agente de trânsito/educador social?”. Neste contexto, percebemos que 80% dos entrevistados têm sua prática profissional sob esse viés por causa da afinidade com o serviço, já outros 20% informaram que estão nessa função por motivos que preferem não declarar, conforme revela a figura 11.

**Figura 11** - Escolha da função

10. Por que você escolheu exercer a função de agente de trânsito/educador social?

10 respostas



Fonte: elaborado pelo autor.

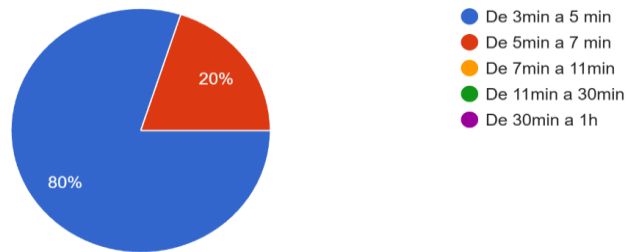
A questão disposta na figura 11 está pautada principalmente no ato autônomo de decisão que o actante está envolto. A ação social de linguagem está intimamente ligada à posição social que o actante está colocado. Nesse sentido, Bronckart (2012, p. 100) afirma que “a mais geral das decisões do agente consiste em escolher, dentre os gêneros de textos disponíveis na intertextualidade, aquele que lhe parece o mais adaptado e o mais eficaz em relação à sua situação de ação específica.”. Ao estabelecer que o actante tem o poder de escolha na ação social de linguagem, o autor não está se referindo à apenas ao vocabulário/léxico que o actante irá escolher, mas, também, ao lugar social que ele escolhe estar. Sendo assim, como observado nas respostas dos agentes, eles escolheram estar no lugar social de agentes de trânsito por gostar desse serviço, entretanto, cabe aqui uma pergunta reflexiva: “se fazem o que fazem porque gostam, por que não fazer de forma efetiva e com qualidade?”

Seguindo as análises das respostas às perguntas colocadas no questionário supracitado, colocamos a seguinte indagação em pauta: “Em seu agir enquanto educador social, em média, quanto tempo você gasta conversando ou instruindo o cidadão sobre a educação no trânsito?” As respostas obtidas foram as seguintes: 80% dos entrevistados responderam que por volta de 3min a 5min e 20% responderam que dedicam à instrução do cidadão entre 5min e 7min do seu tempo na abordagem. A figura 12 representa esses dados através de gráfico, conforme segue:

**Figura 12** - Tempo para ensino

11. Em seu agir enquanto educador social, em média, quanto tempo você gasta conversando ou instruindo o cidadão sobre a educação no trânsito?

10 respostas



Fonte: elaborado pelo autor.

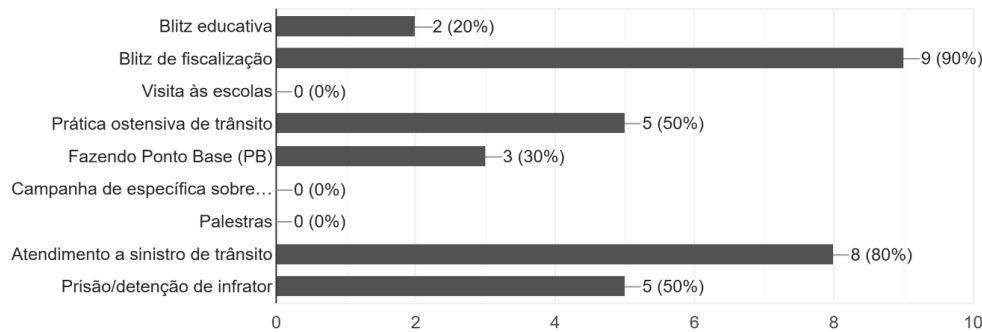
Em se tratando das respostas obtidas para esta questão e alinhando-nos às análises das questões anteriores, podemos depreender que o tempo para fazer com que o cidadão seja educado ou instruído para um trânsito melhor, de acordo com as respostas, é insuficiente. Entretanto, se o tema da Educação para o Trânsito for oferecido e ensinado em outras ocasiões (como exemplo: palestras educativas; campanhas nos meios de informação etc., pode ser que o tempo de abordagem na rua possa servir para a função destinada, já que este momento seria apenas o momento de alinhamento de ideias. Outrossim, a Educação para o Trânsito é uma matéria que precisa ser muito mais difundida e aperfeiçoada na sociedade.

Para entender o momento no qual o agente executa sua efetiva função de educador social, elaboramos a pergunta de número 12: “Em que situações, na sua prática de trabalho, você lida com a educação para o trânsito? Você pode selecionar mais de uma opção.” Nela foram colocadas algumas alternativas para marcação, a citar: blitz educativa; blitz de fiscalização; visita às escolas; prática ostensiva de trânsito; Ponto Base (PB); campanha específica sobre educação para o trânsito; palestras; atendimento a sinistro de trânsito; prisão/detenção de infrator. As respostas que tiveram mais recorrência foram “Blitz de fiscalização” (90%); “Atendimento à sinistros de trânsito” (80%); “Prática ostensiva de trânsito” (50%); e “Prisão/detenção de infrator” (50%). A partir dessas afirmações podemos tecer algumas suposições que comprovam a ideia disposta dos objetivos da pesquisa. Segue a figura 13, para visualização:

**Figura 13 - Lugar da prática educativa**

12. Em que situações, na sua prática de trabalho, você lida com a educação para o trânsito? Você pode selecionar mais de uma opção.

10 respostas



Fonte: elaborado pelo autor.

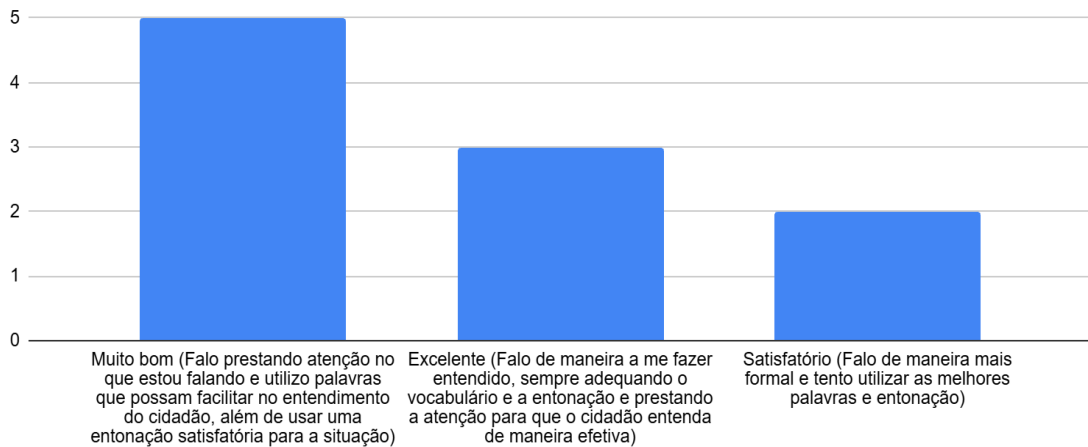
Observa-se que a maior parte dos agentes participantes lida com a Educação para o Trânsito em contextos que envolvem situações de autoridade direta, como blitz de fiscalização (90%), atendimento a sinistro de trânsito (80%) e prisão/detenção de infrator (50%). Esses cenários são marcados pela presença explícita do discurso institucional, que segundo Van Dijk (2008), representa uma forma de exercício de poder social legitimado pelo Estado. O supracitado autor reforça essa ideia ao afirmar que “De maneira ainda mais crítica, podemos examinar como falantes poderosos podem abusar de seu poder em tais situações, por exemplo, quando policiais usam a força para poder obter uma confissão de um suspeito [...]”. (Van Dijk, 2008, p. 120).

Em tais situações, o cidadão transeunte aparece, de forma recorrente, como o destinatário desse discurso, frequentemente em uma posição de recepção mais passiva já que é o policial quem define o que deve ser feito, como se comportar e quais regras seguir, como apontado por Van Dijk (2008, p. 121) “[...] todos os níveis e estruturas do contexto, do texto e da fala podem virtualmente, em princípio, ser mais ou menos controlados por falantes poderosos, e esse poder pode ser usado de forma abusiva em detrimento dos outros”. Isso se alinha à ideia de que pessoas comuns são usualmente alvo do discurso das autoridades, que orientam, normatizam e regulam comportamentos no espaço público. No trânsito, isso se materializa nas abordagens, fiscalizações e atendimentos. Para além disso, o fato de que ações educativas em ambientes escolares ou palestras não aparecem nas respostas (0%) sugere que a Educação para o Trânsito ainda se concentra majoritariamente em contextos de coerção e fiscalização, e menos em espaços dialógicos e preventivos.

Para contemplar o aspecto da autoanálise da ação de linguagem dos actantes entrevistados, elaboramos a pergunta de número 13 “Em grau, qual a importância que você dá a sua forma de falar quando está educando um cidadão? (Tome como exemplo uma situação em que você precise ensinar alguém sobre uma regra de trânsito, considerando a gentileza e a melhor escolha das palavras, bem como a adequação do vocabulário)”. A pergunta e suas respectivas respostas são demonstradas na figura 14.

**Figura 14** - A forma de falar

**Pergunta 13. Em grau, qual a importância que você dá para a sua forma de falar quando está educando um cidadão? (Tome como exemplo uma situação em que você precise ensinar alguém sobre uma regra de trânsito, considerando a gentileza e a melhor escolhas das palavras, bem como a adequação do vocabulário). [Responda:]**



Fonte: elaborado pelo autor.

As respostas obtidas estão divididas em 3 (três) blocos: O primeiro com um grupo de 5 participantes, que afirmam ter um grau muito bom, pois falam prestando atenção no que estão falando e utilizam palavras que podem facilitar o entendimento do cidadão, além de usarem uma entonação satisfatória à situação; o segundo com um grupo de 3 participantes que informaram ter um grau satisfatório de verbalização, já que falam de maneira a serem entendidos, sempre adequando o vocabulário e a entonação e prestando a atenção para que o cidadão entenda de maneira efetiva; o terceiro e último bloco é composto por 2 participantes que informaram ter um grau satisfatório de empenho, pois falam de maneira mais formal e tentam utilizar as melhores palavras e melhor entonação.

Os graus de empenho para verbalizar as ações educativas, por parte dos militares, são importantes, pois delimitam os seus desejos em relação ao seu esforço educativo, quando o grau de empenho é reduzido, subentende-se que a ação de linguagem também possa ser limitada e não efetiva. Além disso, o grau de empenho na adequação do que se quer comunicar, tem correlação

direta com a escolha de um modelo textual/verbal que o actante irá utilizar quando se tenta interagir com outrem, essa escolha define o agir linguageiro do falante. Sobre esse tema, Bronckart (2012, p. 101) afirma que:

Essa escolha efetua-se, então, em um confronto entre os valores atribuídos pelo agente aos parâmetros de sua situação de ação (entre as representações que tem do contexto físico e do contexto sociosubjetivo de seu agir) e os valores de uso atribuídos aos gêneros disponíveis no intertexto. (Bronckart, 2012, p. 101)

Partindo dos pressupostos do autor atrelados às respostas dos participantes, podemos destacar que o grau de empenho relatado pelos entrevistados não apenas revela sua preocupação com a eficácia da interação, mas também evidencia como constroem, performam e negociam seu papel social enquanto agentes educadores no trânsito. Quanto maior a consciência sobre o impacto da sua ação de linguagem, maior a possibilidade de estabelecer interações que não apenas informam, mas transformam comportamentos e reforçam o caráter cidadão da Educação para o Trânsito.

Para finalizar o questionário, propomos nele a seguinte sugestão optativa e discursiva para que os entrevistados pudessem se manifestar: “Caso tenha algum relato que considere interessante, no que tange à Educação para o Trânsito, no contexto da sua rotina de trabalho, fique à vontade para escrever abaixo:”. Os relatos só foram realizados pelos agentes A, D e F, como estão dispostos no quadro 7:

**Quadro 7** - Respostas a pergunta 14

Agente	Resposta
A	“As blitzes ostensivas e educativas desempenham papéis fundamentais na promoção da segurança viária. Enquanto a blitz ostensiva atua de forma preventiva e repressiva, garantindo o cumprimento das leis de trânsito e inibindo infrações, a blitz educativa tem foco na conscientização dos condutores e pedestres, promovendo uma cultura de responsabilidade e respeito. Juntas, essas ações contribuem para a redução de acidentes, salvam vidas e reforçam a importância da educação como ferramenta essencial para um trânsito mais seguro.”
D	“Eu acredito que a educação para o trânsito é essencial para garantirmos mais segurança a todos os cidadãos. Infelizmente venho observando um aumento no número de sinistros de trânsito e isso me faz perceber que o governo (federal, estadual e municipal) anda falhando nesse quesito, pois deveria investir ainda mais na educação para o trânsito. Pessoas mais educadas e responsáveis no trânsito gera paz e segurança a todos.”
F	“Acredito que a educação para o trânsito necessita estar cada vez mais presente e atuante na sociedade. Cada vez mais percebemos condutores cometendo infrações de trânsito e ocasionando sinistros que poderiam ser totalmente evitados. Por este motivo, ações de educação para o trânsito no sentido de orientar esses condutores a ter boas práticas no trânsito bem como conscientizá-los das possíveis consequências que podem ocorrer se persistirem no erro.”

Fonte: elaborado pelo autor.

Sob a perspectiva das teorias de educação e cidadania, especialmente no diálogo com autores como Paulo Freire, é possível observar que o discurso dos agentes reforça a ideia de que a Educação para o Trânsito deve ir além da simples transmissão de normas. Quando mencionam conscientização, transformação de atitudes e promoção da paz social, ambos se aproximam da noção freireana de educação como prática de formação crítica e emancipatória. Ao compreenderem a abordagem no trânsito como oportunidade de orientar e sensibilizar, os agentes reiteram que a educação é elemento central para a redução de acidentes e para a construção de um ambiente de circulação mais seguro.

Nesse sentido, ao analisar as respostas oferecidas através do questionário elaborado por nós, entendemos que as categorias de análise evidenciam que a ação de linguagem no trânsito é um componente central da mediação social realizada pelos profissionais da segurança viária. Os dados do questionário revelam que, embora existam diferentes graus de empenho na escolha vocabular, na entonação e na adequação discursiva, os agentes demonstram consciência de que sua forma de falar influencia diretamente a eficácia da Educação para o Trânsito. Portanto, a partir de Bronckart (2012), compreende-se que cada escolha languageira realizada pelos actantes resulta de um confronto entre valores, expectativas e papéis sociais envolvidos na situação comunicativa, além disso Van Dijk (2008), fica evidente que a posição institucional do policial, dotada de poder e legitimidade, pode tanto limitar quanto ampliar a autonomia do cidadão transeunte, dependendo da forma como o discurso é mobilizado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSITURAS EM LINGUAGEM

O agir linguageiro dos falantes vai além do aspecto formal e conteudista, essa afirmação é comprovada ao decorrer dessa dissertação, em que uma situação que aparentemente não teria relevância no que diz respeito aos moldes acadêmicos, pôde ser integrada à pauta da análise de categorias propostas pela área de estudo do Interacionismo Sociodiscursivo. Ao dispor sobre como a ação em linguagem é executada para o fim da Educação para o Trânsito, podemos estabelecer um novo olhar que foge às esferas meramente escolares e embarcamos em um viés da social da linguagem, ou seja: o uso real da linguagem para ações empíricas importantes para o bom funcionamento da sociedade.

Ademais, as seções dessa pesquisa organizaram-se da seguinte forma: a primeira seção intitulada introdução tratou de mostrar ao leitor uma análise preliminar sobre a pesquisa, já a segunda seção intitulada como Aspectos Metodológicos foi tratou de delimitar quais os métodos utilizados para realizar a pesquisa, além de estabelecer o *corpus*, local e participantes, a terceira seção com o título Perspectivas do educador social na formação para o trânsito à luz do Interacionismo Sociodiscursivo – ISD versou principalmente sobre as teorias que embasam o ISD e como elas, a partir de suas categorias, podem ser utilizadas nas pesquisas sociais. A quarta seção de título Educação Social: uma prática de ensino não tão presente nas escolas pôde demarcar a transdisciplinaridade a qual esta pesquisa se refere e como as teorias da educação são dispostas, além de explicar aspectos relevantes sobre a polícia militar sergipana. A penúltima seção Análise contextualizada: as comprovações e os contrapontos – penúltima, pois a última são as considerações finais – foi a parte prática da pesquisa, na qual pudemos trazer um diálogo entre os dados produzidos e as teorias das seções anteriores.

A partir de todo o percurso apresentado, esta pesquisa evidenciou que a Educação para o Trânsito constitui um campo complexo, situado na confluência entre educação formal, práticas sociais e ação estatal. Ao demonstrar que determinados saberes essenciais para a vida em sociedade não são plenamente contemplados pela escola ou pela família, delineia-se a necessidade de compreender como o Estado, por meio de seus agentes, assume, muitas vezes de forma precária, a função de educador social.

Nesse sentido, este estudo se justifica ao investigar como policiais militares do BPTran, ainda em processo de formação profissional, mobilizam a linguagem em suas práticas cotidianas e como tais interações podem contribuir ou limitar a aprendizagem cidadã. Amparado nas teorias do Interacionismo Sociodiscursivo e da Educação Social, este trabalho buscou não apenas identificar falhas e potencialidades no agir linguageiro desses agentes, mas

também ampliar a reflexão sobre o papel da interação, do ensino e da responsabilidade institucional na construção de uma convivência social mais segura.

Nesse enfoque, cumpre retomar os objetivos demarcados na introdução dessa dissertação para estabelecer uma relação de conformidade com o que se fora proposto nessa pesquisa e o que de fato foi apresentado. O objetivo geral desta pesquisa consistiu em: *Desenvolver um estudo crítico-reflexivo sobre os aspectos que envolvem as atividades sociais de linguagem na abordagem educativa dos agentes de trânsito (policiais militares) do Estado de Sergipe do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), enquanto educadores sociais em formação, a fim de observar os agires humanos à luz do Interacionismo Sociodiscursivo associado à Linguística Aplicada.*

Cumpre afirmar que, de acordo com todas as seções aqui apresentadas, o objetivo geral foi, de fato, alcançado, principalmente no que diz respeito aos agires linguageiros, como atributos constitutivos de uma pesquisa amplamente social e epistemológica. Para além disso, de acordo com a pesquisa, pudemos entender que a linguagem é algo que perpassa os moldes da mera contemplação e vai para a esfera aplicada do uso social.

Os objetivos específicos de *Identificar o policial militar na sua atuação enquanto agente de trânsito, entendendo assim a importância da efetiva compreensão interacional para o fim da Educação Social; e Refletir sobre a ação formadora dos policiais militares do Estado de Sergipe, a fim de perceber a influência institucional de seu agir languageiro em sua atuação profissional na sociedade,* foram alcançados quando demonstramos através das próprias respostas dos militares ao questionário o quanto a instituição Polícia é influente em suas práticas do agir languageiro, influenciando em sua voz, além de percebermos o quanto o contexto de produção ao qual a interação para o fim da Educação para o Trânsito intervêm na forma como as trocas comunicativas são realizadas.

Com base nos objetivos delimitados, a análise das respostas apresentadas pelos agentes de trânsito evidencia um cenário complexo, no qual convivem simultaneamente comprometimento profissional, limitações formativas e desafios comunicacionais diretamente relacionados ao contexto institucional em que esses agentes estão inseridos. Os dados produzidos permitem compreender que, embora exista esforço individual por parte de muitos policiais para atuar como educadores sociais, essa atuação ainda é marcada por lacunas estruturais, especialmente no que se refere à formação pedagógica, ao domínio de práticas discursivas adequadas e à compreensão do papel educativo que lhes é atribuído.

Observa-se que a formação oferecida pela instituição policial não supre plenamente as demandas comunicativas exigidas pela função de educar no trânsito. Assim, grande parte das

práticas discursivas adotadas pelos agentes são frutos de vivências empíricas, das vozes institucionais que moldam sua postura e do contexto hierárquico que atravessa suas interações. Esse quadro reforça as hipóteses levantadas no estudo, sobretudo no que diz respeito à influência do processo formativo nas falhas comunicacionais e ao peso do militarismo na construção de discursos mais coercitivos do que dialógicos.

Por outro lado, também se identificam vozes sociais que apontam para um agir linguageiro mais consciente, empático e transformador, revelando que alguns agentes reconhecem a importância de estabelecer diálogos humanizados, acessíveis e educativos com os cidadãos. Essas respostas demonstram que, quando há reflexão sobre a própria prática e compreensão do contexto de produção, emergem possibilidades reais de aprimoramento na comunicação, ainda que careçam de maior suporte institucional.

Os resultados ainda revelam contradições importantes: apesar do empenho declarado por muitos participantes, o tempo destinado à orientação nas abordagens é insuficiente; apesar de exercerem a função por afinidade, muitos não se percebem plenamente preparados para atuar como educadores; e embora reconheçam a relevância da educação no trânsito, parte significativa das ações ocorre em momentos e contextos pouco propícios ao aprendizado, como blitz e fiscalizações punitivas. Contudo, compreender a atuação desses profissionais, enquanto mediadores do saber e construtores de práticas sociais, é fundamental para repensar políticas de formação e, sobretudo, para fortalecer a Educação para o Trânsito como instrumento transformador e indispensável à vida coletiva.

Diante disso, conclui-se que o agir linguageiro dos agentes de trânsito está diretamente condicionado pelas estruturas institucionais e pelas representações sociais do trabalho policial, o que limita o potencial educativo dessas interações. Ademais, as respostas dos participantes também indicam caminhos possíveis para o fortalecimento da dimensão pedagógica da atividade: formação contínua específica, incentivo ao desenvolvimento de competências interativas, reorganização dos espaços educativos e criação de políticas institucionais que valorizem a Educação para o Trânsito como prática sistemática e não apenas circunstancial.

Portanto, conclui-se que, a ação social em linguagem praticada por esses agentes torna-se um caminho promissor para fortalecer a cidadania, promover comportamentos mais responsáveis e construir relações mais cooperativas no espaço público, reafirmando que educar, inclusive no trânsito, é um ato social que se realiza, sobretudo, pela força do diálogo. Sendo assim, entendemos que a teoria do ISD, é uma vertente ampliada e multifacetada, possibilitando ao pesquisador a execução de diversas pesquisas sobre linguagem no que diz respeito ao uso social da língua e sobre suas múltiplas representações para o mundo social.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Leonardo Mendes; FREITAS, Alessandra Cardozo de. **Pesquisa qualitativa em linguagem: trajeto(s) metodológico(s) da observação participante**. João Pessoa: Ideia, 2018.
- BATALHÃO DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO – BPTRAN. Disponível em: <https://pm.se.gov.br/unidades/cpmc/bptran/>. Acesso em: jan. 2024.
- BOGDAN, Robert C.; BIRTEN, S. K. **Qualitative research for education: an introduction for to theory and methods**. Boston, Allyn and Bacon, 1982. 253 p., p. 27-30.
- BRASIL. **Diretrizes para uma polícia cidadã**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 17909, 24 set. 1997. Atualizado até a Lei nº 14.599/2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm). Acesso em: abril. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: fev. 2025
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. São Paulo: EDUC, 2012.
- BRONCKART, Jean-Paul. **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. (org.) MACHADO, Anna Rachel; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CLOT, Yves. **Trabalho e poder de agir**. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 13a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GENETTE, G. **Théorie des genres**. Paris: Seuil, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A.R.; COUTINHO, A. (Orgs.). **O Interacionismo Sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

IMAGEM aérea do Batalhão de Polícia de Trânsito. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/DXPtqS7ysFNWWSGZA>. Acesso em: maio. 2025.

INEP. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Glossário. v.2. 2006.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAPORTA, R. **L'au.toeducazione della comunità**, Florencia, La Nuova Italia. 1979.

OLIVEIRA, Carlos Héric Silva. **O trabalho docente representado por estagiárias do Curso Normal em textos de autoconfrontação simples**. 2016. 251 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

OREFICE, P. **Comunita locali e educazione pennante**, Nápoles, Lignore. (1981).

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013.

QUINTANA, J. M. Pedagogía social y sociología de la educación: análisis comparativo de sus conceptos. **Perspectivas Pedagógicas**, 37/38, pp. 153-168, 1984.

ROSSNER, L. (1973): **Theorie der Sozialarbeit**, Munich/Basilea.

SAEZ, J. **La construcción de la educación**. Valencia, Nau Llibres: 1989.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria dei Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SERGIPE. Constituição do Estado de Sergipe. Promulgada em 5 de outubro de 1989. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Aracaju, SE, 6 out. 1989. Disponível em: <https://www.al.se.leg.br>. Acesso em: abril. 2025.

SERGIPE. Decreto-Lei nº 2.066, de 26 de outubro de 1976. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, Aracaju, SE, 27 out. 1976.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, E. C. **O vivido, o revivido e os possíveis do desenvolvimento em diálogo**: um estudo sobre o trabalho do professor de FLE com os conteúdos culturais. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

**APÊNDICE**

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

### Pesquisa sobre atuação profissional

**B** *I* U ↺ ↻

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

O objetivo desta pesquisa é "*Desenvolver um estudo crítico-reflexivo sobre todos os aspectos que envolvem as técnicas interacionais na abordagem educativa dos agentes de trânsito (policiais militares) do Estado de Sergipe do Batalhão de Trânsito (BPTran), enquanto educadores sociais em formação, a fim de observar os agires humanos à luz do Interacionismo Sociodiscursivo associado à Linguística Aplicada.*" e tem como justificativa responder a seguinte indagação: "*O agir humano dos policiais (educadores sociais em formação) é adequado para que a população seja efetivamente educada para um trânsito melhor?* ".

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Jandson dos Santos da Silva pelo telefone 79 99888-7599, endereço Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz. Nº445 – Capucho Aracaju - SE, 49081-015 ou com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP- Unilab). Endereço: Campus da Liberdade | Avenida da Abolição, 3 - Centro - Redenção - Ceará - Brasil - CEP: 62.790-000, E-mail: proppg@unilab.edu.br | Fone: +55 (85) 3332-6197.

Vale recordar que: o **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** já foi assinado por você.

Deseja responder agora? Lembrando que ao final é necessário clicar em ENVIAR para que o formulário seja registrado.

Sim

Não

1. Qual seu sexo? \*

Masculino

Feminino

Prefiro não informar

2. Qual sua formação escolar? \*

Ensino Fundamental - Completo

Ensino Médio - Completo

Bacharelado/Licenciatura (ou equivalente)

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

3. Qual seu tempo de experiência na polícia militar exercendo a função de agente de trânsito?

- Menos de 3 anos
- De 3 a 6 anos
- De 6 a 9 anos
- Acima de 10 anos

4. Você se considera apto para educar pessoas para um trânsito melhor? \*

- Sim
- Não
- Estou me qualificando para poder efetivamente educar as pessoas
- Não acho que seja minha vocação
- Prefiro não responder

...

5. Você acredita que a instituição em que trabalha te instruiu de forma efetiva para que você possa educar pessoas no trânsito?

- Sim
- Não
- Moderadamente
- Tive instruções pontuais, mas não considero tão efetivas
- Aprendi com a prática do dia a dia do trabalho
- Prefiro não responder

6. Em relação a sua prática educativa no trânsito, qual seu nível de empenho: \*

	Fraco	Moderado	Satisfatório	Muito bom	Excelente
Resposta:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Com base na sua resposta anterior, a respeito da prática educativa no trânsito, se possível, justifique:

Texto de resposta longa

---

8. Considerando que um agente de trânsito é também um educador social, indique em grau \* como cada um dos itens abaixo podem dificultar o seu agir para uma educação no trânsito efetiva:

	Pouco	Moderado	Muito	Não dificulta
Nível de habilidade...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade ao dial...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Excesso de influên...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldade com a ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Com base nas suas abordagens na educação para o trânsito, como você poderia melhorar em se tratando dos diálogos com os transeuntes e condutores?

Texto de resposta longa

---

10. Por que você escolheu exercer a função de agente de trânsito/educador social? \*

- Grau de exigência
- Horário oferecido
- Interesse financeiro
- Afinidade com o serviço
- Outros fatores que prefiro não destacar

11. Em seu agir enquanto educador social, em média, quanto tempo você gasta conversando ou instruindo o cidadão sobre a educação no trânsito?

- De 3min a 5 min
- De 5min a 7 min
- De 7min a 11min
- De 11min a 30min
- De 30min a 1h

12. Em que situações, na sua prática de trabalho, você lida com a educação para o trânsito? Você pode selecionar mais de uma opção.

- Blitz educativa
  - Blitz de fiscalização
  - Visita às escolas
  - Prática ostensiva de trânsito
  - Fazendo Ponto Base (PB)
  - Campanha de específica sobre educação para o trânsito
  - Palestras
  - Atendimento a sinistro de trânsito
  - Prisão/detenção de infrator
-

13. Em grau, qual a importância que você dá para a sua forma de falar quando está educando \*  
um cidadão? (Tome como exemplo uma situação em que você precise ensinar alguém sobre  
uma regra de trânsito, considerando a gentileza e a melhor escolhas das palavras, bem como  
a adequação do vocabulário).

Fraco (Falo do ... Moderado (To... Satisfatório (F... Muito bom (Fal... Excelente (Falo...

Responda:

14. Caso tenha algum relato que considere interessante, no que tange à educação para o trânsito,  
no contexto da sua rotina de trabalho, fique à vontade para escrever abaixo:

Texto de resposta longa

---